

O GOVERNO PORTUGUÊS E A COMPANHIA DE JESUS NO QUADRO DA ALIANÇA COM A INGLATERRA: DESARRANJOS E ACOMODAÇÕES (1755-1757) *

TIAGO COSTA PINTO DOS REIS MIRANDA **

«... tanta dezordem, tanto dezarranjo, e tanta mizeria tudo confiado a Providencia de hum Min.o...».

Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, na «Carta, que se escreveu de Portugal a hum Grande de Espanha». Lisboa, 25 de fevereiro de 1756, f. 52.

«... [Carvalho] should always show himself an hearty Englishman».

Abraham Castres para Henry Fox. Lisboa, 11 de fevereiro de 1756.

Contam os relatos que o primeiro de novembro de 1755 amanheceu agradável, na sequência «dos belos dias de fins de Outubro». O céu estava azul, sem nuvens, e uma brisa de nordeste amenizava temperatura pouco acima dos dezassete graus centígrados ¹.

* Este artigo corresponde basicamente ao capítulo «Desarranjos e acomodações: 1755-1757» da dissertação «'Ervos de Ruim Qualidade'. A expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa (1755-1757)» (337 pp. polic.), apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em Dezembro de 1993, para obter o título de mestre em história social. O trabalho segue a grafia do português no Brasil.

** Doutorando em História Social pela USP e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

¹ O estudo mais completo sobre o terremoto de 1755 e suas consequências ainda se encontra no Cap. II de *Lisboa pombalina e o iluminismo*, de José-Augusto FRANÇA (3ª ed., rev. e actualizada. Pref., Pierre Francastel. Venda Nova, Bertrand Ed. [1987] 407 pp.). Para os dados referidos neste primeiro parágrafo, p. 66.

Antes de soarem as nove, já as ruas da corte comportavam algum movimento: grupos de fiéis nas suas melhores roupas dirigiam-se às igrejas paroquiais para a cerimônia inaugural da festa de Todos-os-Santos. O pagamento de promessas e o desejo de conquistar novas graças levava-os a acender milhares de velas nas bases dos altares, tal como sempre se fizera nos anos anteriores.

Grandes nobres e fidalgos nem sempre se juntavam nesses dias às comemorações públicas. Alguns optavam pelo conforto das capelas particulares, na companhia de suas «famílias». Os que entretanto saíam à rua esmeravam-se na aparência da sege, dos cavalos e dos criados, apenas se mostrando às portas de casa quando suas riquezas fossem devidamente valorizadas pela presença popular. Segundo se crê, às onze, os templos da cidade comportariam mais trinta mil pessoas que na missa das nove ².

Grupos de estrangeiros menos identificados com a celebração religiosa ou de algum modo receosos de ofenderem com sua presença a suscetibilidade do vulgo, parecem haver trocado momentaneamente as residências de Lisboa por refúgios no campo ³. Os que decidiram permanecer na corte foram orar aos altares de suas respectivas nações; entre eles, boa parte dos integrantes da Feitoria Britânica ⁴.

Por volta das nove horas e quarenta minutos, fez-se sentir no centro da cidade uma suave trepidação, «[...] aumentando gradualmente com um barulho precipitado, como o som de carruagens conduzidas com violência a alguma distância» ⁵. Os que moravam na

² *Idem*, p. 67; AZEVEDO, João L. de — *O Marquês de Pombal*, p. 120. A ideia de que o tremor de terra não poderia ter ocorrido em momento menos propício, como insinuaram alguns testemunhos (*O Terramoto de 1755, Testemunhos britânicos/The Lisbon earthquake of 1755. British accounts*. Pref., Maria L. M. de Sousa. Apresent., trad. e notas, Judite Nozes. [Lisboa], The British Historical Society of Portugal/Lisóptima Ed. 1990. pp. 117 e 221, p. ex.), soa, portanto, algo exagerada.

³ *O terramoto de 1755*, pp. 235 e 237 (V. tb. p. 267, n. 145); BRELIN, Johan - *De passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*. Trad., Carlos P. de Almeida. Introd., Nils Hedberg. Lisboa, «Casa Portuguesa». 1955. pp. 51-52.

⁴ «[...] Era um dia religioso para a Feitoria Inglesa; o clérigo, que deveria ter oficiado o serviço divino, chegara apenas poucos dias antes de Inglaterra para a recuperação de sua saúde [sic]». *O terramoto de 1755*, p. 49.

⁵ *Idem*, p. 39. Para impressões semelhantes, v. «Carta Genuína ao Sr. Joseph Fowke [...]», no mesmo volume, p. 135 («[...] demos pela casa a tremer e por um grande barulho como uma carruagem a seis cavalos a passar por nós») e «Carta anónima de 18 de Novembro de 1755», pp. 161 e 163 («[...] toda a casa começou a

região viram os quadros estremecer com as paredes e sentiram balançar os alicerces de suas casas. Em meio às primeiras manifestações de pânico, alguns compreenderam que se tratava de um tremor de terra.

De início, foram dois abalos: um no sentido vertical — acompanhado por grande ruído subterrâneo —, e o segundo, horizontal, em progresso de norte para sul. Duraram cerca de minuto e meio. Após curto intervalo, sucederam duas convulsões de até 9 pontos de intensidade na escala Richter, e VIII a X graus na de Mercalli ⁶. A zona mais afetada foi a da igreja de São Paulo ao Terreiro do Paço, e daí ao Convento do Desagravo, na Alfama. Para o interior, a mancha de destruição alcançou o templo de S. Pedro d'Alcântara, o grande largo do Rossio e o castelo de S. Jorge; a norte, a área campestre que circundava a igreja de Nossa Senhora da Penha, nas redondezas das Portas de Santo Antão.

A abertura de fendas na terra e a queda de construções alimentou uma nuvem de poeira que logo escureceu o dia. Ao mesmo tempo, sentiram-se em toda a região vapores sulfurosos ⁷, comumente associados à emergência de forças malignas e a uma maior possibilidade de alastramento de epidemias ⁸.

Se ao começo muitos procuraram as vias públicas, na tentativa de escapar ao abatimento dos tetos, em poucos minutos essa solução deixou de parecer segura. No centro da cidade, as paredes dos prédios

tremem desde o mais profundo dos seus alicerces, o que inicialmente atribuí à trepidação de vários coches na via principal, coches que habitualmente passavam por ali àquela hora, vindos de Belém a caminho do palácio», bem como a carta da irmã Catherine Wthman a sua mãe, no dia 27 de janeiro de 1756 («[...] it began libe the rattling of Coaches [...]») in: MACAULAY, Rose — *They went to Portugal*. [1st published, 1946] [London], Penguin Books. 1985, p. 269.

⁶ V. FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, pp. 61-62.

⁷ *Idem*, p. 62; *O terramoto de 1755*, p. 53.

⁸ CORBIN, Alain — *Saberes e odores*. O olfato e o imaginário social dos séculos dezoito e dezenove. Trad., Lígia Watanabe. São Paulo, Companhia das Letras. 1987. Cap. II («Os pólos da vigilância olfativa»), item «A terra e a arqueologia do miasma»: «As fendas mais terríveis são, evidentemente, aquelas abertas pelos tremores de terra. Segundo Tourtelle, as epidemias que devastaram Lisboa e Messina em seguida dos desastres não podem ter outra origem [...]» p. 36. Na sua descrição do abalo de 1755, Eduardo Freire de OLIVEIRA (*Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa, Typographia Universal. 1908. T. XVI, p. 139) ainda escreveu: «[...] viu-se, pelas enormes fendas que se abriam na terra, sahir columnas de fumo e fogo, que derramaram na atmosphera exalações mephticas».

desabavam, criando verdadeiras armadilhas no meio das ruas. Minutos depois do último grande tremor, o fogo irrompeu pelos escombros. Embora haja quem afirme que as chamas se originaram no Convento de S. Domingos, parecem mais credíveis os testemunhos que localizam as primeiras labaredas no Palácio dos Condes da Ericeira ou na igreja de São Paulo ⁹. Ao certo, sabe-se que outros focos de incêndio foram depois descobertos, e que alguns tiveram caráter intencional ¹⁰.

Juntamente com as desordens da terra, do ar e do fogo, sobrevieram as da água, pelo Tejo. Onde há pouco haviam chegado as riquezas da frota do Brasil e de navios da Índia, revirou-se o leito do rio, engolindo as embarcações menos resistentes e parte da multidão que procurara escapar à derrocada das moradias. Carcaças encalhadas há anos foram traziadas à superfície com a força das ondas, e desapareceram ao largo da costa. Perto do estaleiro, a madeira que não se estraviara no rio, espalhou-se pelas ruas, indo aumentar a quantidade de obstáculos que se impunham aos sobreviventes ¹¹.

Alcântara, Sacavém, São Martinho, Azeitão, Sintra e Setúbal sofreram impactos bastante significativos. Nas localidades mais distantes, os estragos atingiram dimensões consideráveis em Santarém, Portalegre, Coimbra, Vila Nova de Portimão, Tavira, Castro Marim, Elvas e Beja. Menos prejudicadas, mas também atingidas, foram o Porto e a longínqua Bragança. De acordo com um testemunho britânico, Faro — muito próxima ao epicentro do fenómeno — chegou a ficar debaixo d'água ¹².

O maremoto produziu vagas de sessenta pés de altura em Cádiz e de quarenta, em Lisboa. Percorrendo uma distância de 3.740 milhas em dez horas, alcançou a Martinica ainda com ondas de cerca de doze pés ¹³. Na Europa, os registros de turbulência marinha verificaram-se um pouco por toda a parte: no norte da Espanha, na costa francesa, nas ilhas britânicas, nos países baixos e na Escandinávia. Em 1955, um estudioso sueco recordou que os próprios lagos interiores se teriam

⁹ FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 62; *O terramoto de 1755*, p. 47.

¹⁰ *O terramoto de 1755*, pp. 37, 77, 119, 179, 213 e 239; MACAULAY, Rose — *Opus cit.*, p. 276. Note-se como se incluem entre os incendiários indivíduos das mais diversas nacionalidades: franceses, espanhóis, italianos e britânicos.

¹¹ *Ibidem*, pp. 171, 173 e 209.

¹² *Ibidem*, pp. 153, 241, 243, 255 (n.15).

¹³ ENCYCLOPAEDIA Britannica. William Benton, Publish. 1970. Vol. 7, pp. 856-857 («Great Earthquakes»).

posto «em estado de grande inquietação» e que alguns rios transbordaram, «alagando as ribeiras ao ponto de serem levados os escaleres paroquiais, guindados nas suas armações de desembarque»¹⁴.

O tremor de terra abalou Madrid por volta das dez horas e dezoito minutos. Vários edifícios ficaram danificados e duas crianças, mortas, por uma cruz que se desprendeu do frontispício de uma igreja¹⁵. O norte d'África viu-se perturbado por uma forte convulsão, acima de tudo em Marrocos¹⁶: só na cidade de Fez, imagina-se que tenham morrido 10 mil pessoas¹⁷... Uma carta de dezembro, editada no *The Public Advertiser*, calculava pelas notícias já recebidas que o sismo fizera prejuízos num raio de 350 léguas de longitude e 150 de latitude — «God knows how much further»¹⁸. A apreensão justificava-se: a terra chegara a tremer com violência na Groenlândia, encontrando-se registro de movimentações subterrâneas na Morávia, no norte da América e na costa nordeste do Brasil¹⁹.

Não era esse o primeiro grande terremoto de que havia memória em Portugal. Os mais velhos ainda se deveriam lembrar com clareza de que em 1722 se sentira um estremeamento particularmente devastador na região do Algarve. Antes dele — e a partir do século XII — já se tinham verificado cerca de uma dezena de outros abalos... Sabe-se que o de 1321 danificou alguns edifícios da corte; o de treze anos mais tarde foi responsável pela ruína de parte da Sé; em 1356, os

¹⁴ KRANTZ, Claes — «O terramoto que fez tremer os filósofos». *Goteborgs Handelsoch Sjöfarts Tidning*. 26 de fevereiro de 1955. Cf. HELDBERG, Nils, na «Introdução» ao texto de BRELIN, Johan — *Opus cit.*, p. 79. Sobre a movimentação marítima na Grã-Bretanha e nos países baixos, v. tb. RODRIGUES, António G. — *O Protestante Lusitano*. Estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira. MDCCI-MDCCLXXXIII. Coimbra. 1950. (Sep. da Rev. «Biblos», vol. XXVI). p. 232.

¹⁵ BRELIN, Johan — *Opus cit.*, p. 46-47.

¹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, apud BESSA-LUÍS, Agustina — *Sebastião José*, [1ª ed., 1982] 2ª ed. [Lisboa], Imprensa Nacional. [1984]. Cap. IV, p. 90.

¹⁷ GRAND Dictionnaire Universel du XIXe Siécle. Par Pierre Larousse. Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel. T. V, p. 58 («Tremblement»).

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO; Ministério do Reino. Mº 632. «Extract of a Letter from a Merchant in Oporto, to a Merchant at Newcastle, dated Dec. 6». *The Public Advertiser*, Thursday, January 8th, 1756 [f.2] (exemplar solto entre os papéis da caixa). Uma légua marinha (inglesa) é igual a três milhas náuticas, que totalizam 5.559,6 m.

¹⁹ BRELIN, Johan — *Opus cit.*, pp. 47-48; RODRIGUES, António G. — *Opus cit.*, p. 235, n. 1; FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 61.

choques alcançaram tamanha intensidade, que os sinos se puseram a tocar no alto dos campanários... Abalos ainda mais violentos, como os de 1504, «que 'subverteram povoações inteiras e fizeram andar a gente fugitiva pelos montes'», registraram-se também ao longo do século XVI. A fúria dos de 1531 sentiu-se praticamente de norte a sul: nessa altura, mais de 1.500 casas ficaram destruídas só em Lisboa. Episódio semelhante ditaria a morte de milhares de indivíduos vinte anos depois ²⁰.

O tremor de 1755 e os incêndios que o acompanharam engoliram algumas das maiores riquezas da cidade. Entre os palácios da Coroa, desapareceram o da Ribeira, o da Quinta de Alcântara, de Alcáçova, o Corte-Real e o da Bemposta; além disso, ruíram os magníficos Paços dos Excelentíssimos Duques de Bragança. Os mais vultosos prejuízos da alta nobreza abrangeram as casas dos Condes de Redondo, do Marquês de Gouveia, do Duque de Cadaval, do Conde de Castelo Melhor, do Duque de Lafões, dos Marqueses de Távora e do Conde da Ericeira (Marquês de Louriçal). Nesta última, o fogo devorou uma biblioteca que reunia milhares de volumes impressos e uma coleção de manuscritos certamente muito relacionada à atividade das academias literárias portuguesas, pelo menos desde o século XVII. Homens de letras iriam lamentar sobretudo a perda da Livraria Real, composta por cerca de setenta mil volumes ²¹. Ao aparelho de Estado fez-se particularmente sensível a falta dos documentos que pereceram nos seus gabinetes ou nas ruínas da velha Torre do Tombo ²². Os anos seguintes conheceriam numerosos esforços para recompor esse material ²³, embora num primeiro instante sequer tenha

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo F. de — *Opus cit.*, T. XVI, pp. 133-154; FERREIRA, Maria E. C. — «Terramotos». In: SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário da história de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas. Vol. VI, pp. 163-165.

²¹ Cálculo de José-Augusto FRANÇA (*Opus cit.*, p. 67), que apesar de estimativas diferentes (Cf. PIWNIK, Marie-H. — *Echanges erudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais. 1987. p. 143. V. tb. FERREIRA, Carlos A. — «As livrarias reais de D. João IV a D. João VI». *Congresso do Mundo Português*. Publicações. 1940. Vol. VII. T. II, 2ª Secção. pp. 589-606 (principalmente pp. 591 e 595).

²² V. TOVAR, Conde de — «O arquivo do Conselho de Estado». *Anais da Academia Portuguesa da História*. 2ª Série. Lisboa. MCMLXI, p. 62.

²³ O caso mais interessante talvez seja os dos arquivos da legação de França. V. A.N.T.T.; Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cx. 959. Of. de D. Luís da Cunha Manuel (LCM) para D. António de Saldanha da Gama (ASG). Belém, 28/XII/

sido muito fácil conservar as espécies sobreviventes ou os papéis que depois do abalo se voltaram a produzir. Tudo indica que a relativa desordem dos arquivos e a progressiva coesão da equipe no governo favoreceram, inclusive, desfalques de natureza política ²⁴.

As perdas da Igreja foram inestimáveis. Desapareceram os grandes núcleos documentais de S. Domingos, do Carmo, de S. Francisco, do Espírito Santo, da Trindade... e de quase todos os outros templos mais seriamente danificados. Na sua correspondência com Gregório Mayáns, António Pereira de Figueiredo noticiou encontrarem-se em ruínas cerca de quarenta sedes paroquiais e vinte conventos religiosos. Ainda segundo os seus cálculos, teriam morrido nas ordens regulares 26 franciscanos, 4 jesuítas e virtualmente todos os dominicanos, carmelitas e trinitários. Entre as freiras, o número de óbitos chegaria à casa dos 150 apenas no mosteiro de Santa Clara ²⁵.

/1756. Min. («Eles [os officios de D. Luis da Cunha, meu Thio], e todos os mais papeis dessa Secretaria, que V.Ex.a achou em poder de Joseph Galvão de Lacerda são preciosos nesta Secretaria de Estado por cauza da Ruina que padeceu no terremoto como V Ex.a não ignora»). Cx. 569 «Lista dos papeis, que se acham na Secretaria do Ministério da Corte de Pariz pertencentes ao real serviço de S. M., os quaes por ordem do mesmo S.r Joze Galvam de Lacerda entregou ao Embaixador D. Antonio de Saldanha da Gama». Paris, 3 de Dezembro de 1756. 7 pp. mss. Para os documentos da legação de Inglaterra, L^o 124 [4] Of. de LCM p/ Martinho de Mello e Castro (MMC). Lisboa, 25/V/1756. Orig. (Do próprio punho).

²⁴ «Depois do terramoto é que começaram a desaparecer da Tôrre do Tombo sem que ninguém mais lhes desse com o rastro documentos preciosos que haviam escapado durante longos séculos à cobiça dos homens e aos 'insultos do tempo». BROCHADO, Costa — «O terramoto de 1755 e a Tórre do Tombo». *Brotéria*. Lisboa. XL(5): 494-497. MCMXLV p. 497. A este respeito, serve de ilustração uma nota que se encontra no L^o 126 do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresentando um conjunto de officios datados de 1758 a 1772: «Maço Terceiro. Papeis pertencentes a Reconciliação com a Corte de Roma, e aos Jezuitas que se acharam entre os muitos q. deixou desprezados nas Livrarias da Barrca [sic] de N.S. da Ajuda O Official Mayor Clemente Izidoro Brandaõ quando restituiu a chave della depois de as haver retido na sua Maõ mais de hum Mez; e extraido dellas tudoo que lhe pareceo conveniente: Ajudandose de quatro pessoas que fizeram em tudo o que se achava nas mesmas Livrarias os desagradaveis descaminhos, de que mandei que senão desse nem mais o menor signal de desprazer, e muito menos de queixa». Mais abaixo, com grafia diversa: «Este Maço veio do archivo do Ministerio do Reino, com outros papeis, em 1873».

²⁵ Cf. PIWNIK, Marie-H. — *Opus cit.*, p. 142. *O terramoto de 1755*, p. 183 traz dados similares. Suzanne CHANTAL fala na ruína de cento e dez igrejas. V. *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Trad., Álvaro Simões. Lisboa, Ed. «Livros do Brasil», S/d. p. 60.

Os prejuízos dos comerciantes estrangeiros seriam de aproximadamente 96 milhões de cruzados. Quem o afirma é o autor da famosa *Rélation historique du Tremblement de Terre*, Ange Goudar (ou Pierre D'Angé)²⁶. De acordo com ele, as casas britânicas terão perdido 64 milhões; as hamburguesas, 16; as italianas, 10; as de França e Holanda, 4; as da Alemanha e da Suécia, um milhão cada. O impacto foi de tal maneira significativo, que algumas «nações» experimentaram profundas mudanças de perfil social a partir de 1756. Graças à recente monografia de Jean-François Labourdette, o caso da comunidade francesa é dos que melhor se conhece: tudo indica que apenas conseguiu sobreviver ao terremoto o estabelecimento de Ambroise Thomas Curraud, sucessor dos Beaumont de Marseille²⁷.

A comunidade britânica viu-se particularmente afetada com a queima dos armazéns portuários e dos arquivos comerciais. Devido a realizarem, bastante coesos, negócios volumosos, muitos de seus membros recuperaram, entretanto, nos anos seguintes. O aumento da demanda provocado pelo terremoto, juntamente com o início da Guerra dos Sete Anos e com os últimos grandes carregamentos de ouro brasileiro chegados a Lisboa, determinariam no período de 1755 a 1760(/61) um acréscimo considerável das exportações britânicas para Portugal²⁸.

Talvez o fato de alguns estrangeiros haverem deixado a corte no dia do abalo tenha sugerido a hipótese de que entre eles o número de mortos foi relativamente menor, que em meio aos nacionais. Difícil saber, porém, até que ponto essa idéia se confirma. Os relatos que se conhecem só permitem um balanço conclusivo em relação aos súditos

²⁶ *Rélation historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre 1755 [...] précédée d'un Discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur, dans lequel l'Auteur développe les moyens que l'Angleterre avait mis jusque-là pour ruiner cette Monarchie.* [1ª ed.] Haia, 1756. 216 pp. Sobre a polémica que envolve este livro, v. BARRETO, José — «O 'Discurso Político' falsamente atribuído ao Marquês de Pombal». *Revista de História das Ideias*. Coimbra, Inst. História e Teoria das Ideias. IV («O Marquês de Pombal e o seu tempo». Coord., Luís Reis Torgal) I: 385-422. 1982.

²⁷ LABOURDETTE, Jean-F. — *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790. Entre Colbertisme et Libéralisme*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais. 1988. pp. 498-537 e 668.

²⁸ FISHER, H. E. S. — *De Methuen a Pombal. O comércio anglo-português de 1700 a 1770.* [1ª ed., 1971] Trad., Joaquim D. Peixoto. [Lisboa], Gradiva. [1984]. pp. 34, 66 e 207.

britânicos. Segundo o Enviado Abraham Castres, terão morrido 77 indivíduos de sua comunidade, incluindo duas dezenas de ingleses, num grupo de cerca de 300 ²⁹.

O total de baixas no conjunto da população não é mais fácil de definir. Na correspondência remetida aos governos ultramarinos, Carvalho e Mello avaliou-as entre 6 e 8 mil. Os testemunhos estrangeiros e as notícias publicadas nos vários recantos da Europa oscilaram basicamente de 15 a 40, embora alguns indivíduos tenham chegado a cifras muitas vezes superiores. Daniel Zacharisson (pastor da legação sueca em Madrid) referiu, por exemplo, boatos de até 200 mil mortos ³⁰...

Para analisar estes números, seria de interesse referir que antes do tremor o povo da capital imaginava integrar uma coletividade de 350 a 500 mil indivíduos. Cálculos posteriormente efetuados reduzi-las a cerca de 250 mil ³¹. Como se sabe que em 1780 a cifra era quase a mesma ³², pode-se imaginar que o número de óbitos tenha sido muito menos elevado do que nalguns casos se pretendeu. Digna de crédito parece a estimativa de Joaquim José Moreira de Mendonça, que se contenta com 10 mil mortos ³³; metade na primeira semana de novembro e o restante até ao fim do mês. Ao todo, apenas «oito pessoas de qualidade», incluindo o Embaixador de Espanha, a Marquesa de Louriçal e a Condessa de Lumiares ³⁴.

²⁹ *O terramoto de 1755*, pp. 135 e 259, n. 65. A respeito dos desastres que se abateram sobre alguns indivíduos da Feitoria, pp. 73, 74, 121, 123, 139, 151, 153 e 211.

³⁰ «Relação circunstanciada, que mostra as Pragas, que no ano atrasado, e mormente nos Lugares Meridionais, ocasionaram todos os quatro Elementos». Estocolmo, 1756, pp. 7-8, cf. Nils HEDBERG, in: BRELIN, Johan — *Opus cit.*, p. 57.

³¹ Para dados semelhantes, v. «Narrativa do Sr. Thomas Chase do terramoto de Lisboa». In: *O terramoto de 1755*, p. 121. Segundo A. H. de Oliveira MARQUES, apenas 3/5 desse total viveriam dentro das muralhas da cidade (*História de Portugal*. [1ª ed., 1972] 9ª ed. Lisboa, Palas Editores, 1983. Vol. 2, p. 277).

³² MARQUES, A. H. de O. — *Opus cit.*, p. 278.

³³ Cf. FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 66. A avaliação é semelhante à de ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*. Coimbra, Ed. Fortunato de Almeida, 1926. T. IV, p. 309.

³⁴ A avaliação do Cônsul Edward Hay sobre os súditos britânicos mortos em decorrência do sismo, encerra um juízo bastante semelhante: entre eles, felizmente, «[...] 'there were few people of note'» (Cf. BOXER, Charles R. — *Descriptive list from the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*.

As desordens da natureza soavam ainda em grande parte como amargas manifestações de caráter sobrenatural. Apesar do paulatino fortalecimento do «cientificismo», populares e teólogos continuavam a encontrar nos «segredos» e nas «anormalidades» da «divina obra do universo» matéria de constantes revelações. Ler em cada fenómeno as evidências de sabedoria do Criador, acatando os Seus ensinamentos cotidianos e prestando atenção a possíveis sinais extraordinários, era um hábito espontâneo da maioria.

Encontravam-se presságios significativos nas quebras dos ciclos sazonais, nas alterações da ordem celeste e nas bruscas mudanças de equilíbrio dos elementos. De uma maneira ou de outra, todos esses indícios faziam recrudescer o grau de ansiedade em relação ao futuro ³⁵; em certas ocasiões, compreendiam-se como castigos do Senhor, numa aparente reedição de alguns episódios do Antigo Testamento ou do Juízo Final do Apocalipse.

Tanto em Portugal, como no estrangeiro, o terremoto de 1755 desencadeou uma expressiva efervescência religiosa. Depois das primeiras convulsões, muitos dos habitantes de Lisboa abandonaram as igrejas onde rezavam, ainda carregando nas mãos terços e rosários. Outros, procuraram salvar relíquias, cruzes e imagens dos santos de maior devoção. As preces da missa, bruscamente suspensas pelo desastre, logo deram lugar a novas orações, rezadas com ardor redobrado em meio a pungentes clamores de misericórdia ³⁶.

De acordo com os testemunhos da época, no Terreiro do Paço e nos limites da cidade improvisaram-se várias pequenas cerimónias. Ajoelhados, indivíduos de todas as condições flagelaram o corpo e confessaram-se em voz alta, à espera de uma justa absolvição

Pref. e recolha documental, Charles R. Boxer; revisão de texto e compilação do índice onomástico, C. Aldridge. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa; British Academy and the P.R.O. 1979-1983. V. 2, p. 328. Joseph di [sic] Ribamar, Dec. 28th).

³⁵ «[...] Na civilização de outrora, o amanhã era mais objeto de temor do que de esperança». DELUMEAU, Jean — *História do medo no ocidente*. 1300-1800. [1ª ed. franc., 1978] Trad., Maria L. Machado. [São Paulo], Companhia das Letras. 1989. p. 76.

³⁶ «[...] sobraçando muitas pessoas imagens de santos e do Crucificado, e entoando ladainhas e outras preces». OLIVEIRA, Eduardo F. — *Opus cit.*, p. 140. V. tb. SEQUEIRA, Gustavo de M. — *O Carmo e a Trindade*. Subsídios para a história de Lisboa. Vol. III. 2ª ed. Lisboa, Publicações da Câmara Municipal. 1967. pp. 7-9, e *O terramoto de 1755*, pp. 123 e 167.

geral³⁷. Os sacerdotes desdobraram-se como puderam. Afirma um britânico que viu passar por entre a multidão um «velho e venerável padre, com sua estola e sobrepeliz», que acabara de escapar da igreja de São Paulo:

«... Andava incessantemente de um lado para o outro entre as pessoas[,] exortando-as ao arrependimento e tentando confortá-las. Dizia-lhes, chorando copiosamente, que Deus estava profundamente ofendido com os seus pecados, mas se implorassem à Virgem Maria ela intercederia por eles»³⁸.

De fato, conta-se que mais tarde, nas imediações do Convento de Nossa Senhora da Penha de França, a Virgem apareceu sobre as ruínas do templo, acenando ao povo um lenço branco, em sinal de perdão³⁹.

Além de consolarem os populares, as ordens religiosas puseram-se ao serviço da Coroa no socorro aos feridos e no enterro dos mortos. Foram então secundadas por oficiais militares e alguns nobres de renome, como o Duque de Lafões e os Meninos de Palhavã. Improvisaram-se hospitais nas casas de S. Bento, da Saúde, de S. Roque, de Antão de Almada e nos celeiros do Conde de Castelo Melhor. Entre os mais ativos nas obras de caridade, «talvez por dispõem de maiores recursos», estiveram os cônegos regrantes de Santo Agostinho, os congregados de S. Filipe de Néri e os membros da Companhia de Jesus⁴⁰. Há quem diga que só estes últimos tenham abrigado mais de trezentas pessoas⁴¹.

Se Deus estava descontente, alguém era culpado; fazia-se portanto necessário identificá-lo, e puni-lo. Esse gênero de exorcismo deitava raízes num passado bastante remoto: em 1344, Clemente VI

³⁷ V. o relato atribuído a Cláudio du Beux in: GUEDES, Fernando — *O livro e a leitura em Portugal*. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII-XIX. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo. MCMLXXXVII. pp. 213-214 e *O terramoto de 1755*, p. 45.

³⁸ *O terramoto de 1755*, p. 167.

³⁹ *Ibidem*, p. 123.

⁴⁰ ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*. T. IV, pp. 307-308; FERREIRA, Maria E. C. — «Terramotos». In: SERRÃO, Joel (dir.) — *Opus cit.*, p. 164.

⁴¹ *Anedotti del Ministerio di Carvalho e Melo [...]*, cf. ECKART, Anselmo, S.J. — *Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal*. [1ª ed. latina, 1775-1789] Trad., Joaquim Abranches, S.J.; pref., António Lopes, S.J. Braga, Liv. A. I.; São Paulo, Editora Loyola. 1987. pp. 23-24, n. 2.

atribuira o sismo ocorrido na Península Ibérica ao fato de D. Afonso IV andar em desacordo com o Bispo do Porto ⁴²; mais tarde, D. João I determinara «[...] a necessidade de uma estrita punição dos blasfemadores», dado que eles atraíam sobre o mundo «'fomes', 'pestes' e 'tremores de terra'» ⁴³.

A onda de religiosidade popular verificada em 1755 acirrou o descontentamento existente em relação a certas minorias sociais. Os negros e os estrangeiros de origem protestante devem ter sido os que, na altura, enfrentaram maiores problemas. A partir do primeiro de novembro, relatam alguns ingleses haverem-se tornado bastante comuns nas ruas de Lisboa os gritos de «Hereje!» e as ameaças de agressão corporal ⁴⁴. Não se chegaram porém a registar com a comunidade britânica desavenças especialmente graves. Caso insólito foi o que ocorreu com um religioso da Feitoria, que, em circunstâncias pouco claras, se viu cercado por uma fervorosa multidão, de onde se destacaram dois sacerdotes ansiosos para o batizar ⁴⁵.

Importantes elementos da Igreja formularam interpretações providencialistas mais sofisticadas. O cardeal-patriarca atribuiu o terremoto aos «escândalos» e «desordens» que no reino, então, se verificavam ⁴⁶. Pelo mesmo caminho, o Jesuíta Gabriel Malagrida relacionou-o à urgência de purificação dos hábitos da corte. Mesmo evitando citações de ordem pessoal, o célebre missionário não hesitou em desmentir com frontalidade os que se davam por contentes com causas naturais ⁴⁷.

Profundamente impressionados pelas notícias do desastre, os inacianos da Bahia sugeriram-nas aos seus meninos como tema de reflexão edificante. As obras de caridade desenvolvidas na Província portuguesa e as informações de que uma parte considerável das casas

⁴² OLIVEIRA, Eduardo F. de — *Opus cit.*, p. 136.

⁴³ DELUMEAU, Jean — *Opus cit.*, p. 405 (o autor baseia-se em pesquisa de H. Baquero-Moreno).

⁴⁴ *O terramoto de 1755*, pp. 99 e 109.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 49 e 51.

⁴⁶ Cf. FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 74. Camilo Castelo BRANCO diz que por afirmações semelhantes alguns indivíduos foram degredados para Angola (*O Perfil do Marquês de Pombal*, 6ª ed. Porto, Porto Ed. S/d. p. 112).

⁴⁷ A.N.T.T.; Impressos da Livraria (Série Preta). [MALAGRIDA, Gabriel—] *Juizo Verdadeiro das causas do Terremoto, que padeceo a cidade de Lisboa, e todo Portugal, no primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa. Na Offic. de Manoel Soares. MDCCLVI. 32 pp.

do Instituto escapara à ruína, entusiasmaram de tal forma os Padres do Brasil, que algumas vezes se levantaram para insinuar a sua especial capacidade de intercessão junto ao Senhor ⁴⁸.

Num primeiro momento, a atmosfera de desespero e as interpretações de fundo religioso atenuaram a difícil situação política da Companhia de Jesus nos domínios portugueses. Houve sacerdotes exilados que retornaram à corte; vozes sobre o provável despedimento dos confessores do Paço, não se concretizaram; pelo contrário: os inicianos fortaleceram-se nas suas posições. Lembre-se que nessa altura D. José referendou o nome de S. Francisco de Borja para padroeiro do reino ⁴⁹.

Se é certo que chegaram a existir graves conflitos a respeito da origem do desastre entre os representantes da Coroa e os membros da Companhia, o fato é que eles só adquiriram maior seriedade em meados de 1756, quando o aparelho estatal já se recuperara do choque de novembro, voltando a poder manifestar sua força.

O posicionamento regalista, os prejuízos ocasionados pelo tremor e o cientificismo que na altura progredia na Europa, tornaram, aos poucos, algo inadequada e relativamente constrangedora para o soberano a tradicional avaliação de cunho religioso. Por um lado, admitir a decadência de costumes e o desdobramento de maquinações contrárias à felicidade do reino, era uma idéia que sugeria a necessidade de reavaliar o alcance e a eficiência da administração real. Por outro, caso se interpretasse o terremoto como um castigo divino, como explicar os destroços generalizados que ele provocara? Haveria afinal alguma *razão específica*, para a ruína de praticamente todos os palácios da Coroa e de suas obras monumentais?

A desconcertante falta de sintonia entre grupos da Igreja e do Estado, a estimular a concretização de conflitos latentes, pode ser apreendida em suas nuances através dos próprios arquivos oficiais. No dia 13 de outubro de 1756, por exemplo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu a quatro indivíduos diferentes sobre as recém-chegadas notícias do terremoto. O tom das mensagens variava

⁴⁸ Cf. MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na era pombalina*. Correspondência inédita do governador e capitão-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. [Rio de Janeiro], Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro. [1963]. T. 3º, pp. 922-923.

⁴⁹ AZEVEDO, João L. d' — *O Marquês de Pombal e a sua época*. [2ª ed. com emendas, 1922]. 2ª ed. [sic] [Lisboa], Clássica Ed. 1990. pp. 122-124.

bastante: na hipótese dos destinatários haverem manifestado uma posição semelhante à do remetente, recebiam novos apoios às suas convicções; caso contrário, procurava-se, com discrição, levá-los a assumir uma postura mais adequada.

Junto ao colega Diogo de Mendonça Corte-Real, o irmão de Carvalho e Mello lamentou as perdas materiais, enfatizando que após a atuação da misteriosa Providência Divina, não haveria lugar para maiores divagações — «[...] Ele só sabe os porquês, e por tudo lhe devemos dar infinitas graças»⁵⁰: quaisquer que fossem os intentos do Senhor, deveriam apenas merecer a sincera gratidão dos homens; neste mundo, ninguém mereceria ser recriminado...

Ao Padre João Baptista, do Oratório, o amigo governador mostrou-se também bastante consciente de que a ruína da capital fora determinada por desígnios supremos. Uma boa reconstrução talvez pudesse, no entanto, beneficiar o aspecto da corte e engrandecer a memória do reinado de D. José. Recusavam-se mais uma vez, firmemente, eventuais sentimentos de culpa⁵¹.

Os comentários da correspondência para os jesuítas José Moreira e Manuel de Campos mostram-se claramente menos desembaraçados. A ênfase na impossibilidade de compreender o alcance das determinações do Criador, aliada à esperança num futuro melhor, vêem-se substituídas pelo reconhecimento da infalível justiça celeste e por uma nota de respeitosa contrição... Entretanto, Francisco Xavier acaba diluindo o significado das imprudências que se encontrariam na origem do recente castigo, ao expandir as fronteiras temporais do seu comentário:

«[...] foram pecados de Portugal de muita quantidade de anos, que se pagaram nos poucos minutos que V. Rema. me diz; [...]»⁵².

Um ofício escrito cinco dias antes ao Secretário da Guerra e dos Negócios Estrangeiros mostra que as nuances nas cartas do governador não eram por certo fortuitas. Após grandes congratulações por

⁵⁰ Cf. MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia [...]*, T. 3º, p. 988 (Grifo meu).

⁵¹ *Ibidem*, p. 991.

⁵² *Ibidem*. C.^{1ª} de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (FXMF) p/ o Pe Manuel de Campos. p. 990. Na carta a José Moreira, o governador pede a Deus que hajam terminado «[...] os efeitos da sua justa ira, contra os infinitos pecados [com] que há tanta quantidade de anos desafiamos a sua divina justiça [...]». p. 989.

Deus ter salvo a vida do soberano e de toda a família real, Francisco Xavier mostrava-se profundamente escandalizado com o fato de algumas ordens religiosas tenderem a interpretar o tremor de terra em benefício próprio.

«[...] cada uma falava como lhe parecia e acomodava o miserável acontecimento de primeiro de novembro com os seus fins particulares»⁵³.

Fazia-se necessário resguardar a posição da Coroa e os supremos interesses do «bem-comum», distribuindo proporcionados castigos aos maiores abusos.

Um pouco por todo o Império, o exteriorizar de diferentes opiniões refletira e acentuara o alargamento das áreas de conflito. O renovado prestígio que o dia de Todos-os-Santos numa primeira fase valera à Companhia, agrara, depois, seriamente, velhos pontos de atrito com o Estado. Dentro em breve, seus sinais começariam a escapar em definitivo da correspondência reservada para as coleções de leis, decretos e alvarás.

Fora dos domínios portugueses, ocorreram também as mais variadas manifestações de contrição, solidariedade e pesar pelos estragos do terremoto. Celebraram-se missas e encenaram-se pesarasas procissões. Por toda a parte, viram-se canceladas as festas do Carnaval de 1756⁵⁴.

Muito demorou para que as notícias do desastre cessassem de aparecer nas gazetas. Aumentando a curiosidade sobre o assunto, surgiram ainda publicações independentes, de cunho científico, literário ou religioso. Estampas com imagens de uma cidade em ruínas, devorada pelo fogo e sujeita à ameaça das águas do Tejo editaram-se em grande quantidade. A seu respeito, observou José-Augusto França serem «imagens fantasistas, onde mal se descortinam edifícios reais»⁵⁵; de qualquer forma, testemunhos de uma premente necessidade de visualização.

Os esforços para reconstruir a capital do Império conheceram diversas origens. Só do Brasil, enviaram-se à corte sete milhões de cruzados. As regiões mais empenhadas foram a Bahia (1200 contos)

⁵³ *Ibidem*, p. 922.

⁵⁴ Cf. BRELIN, Joahan — *Opus cit.*, pp. 52-53.

⁵⁵ FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 61.

e as Minas Gerais (1000 contos) ⁵⁶. Das potências européias, receberam-se juntamente com as mensagens de pesar, ofertas de auxílio em gêneros e em espécie. O Senado de Hamburgo enviou «alguns Navios com Madeiras e outras Couzas necessárias p.a Levantar Edifícios» ⁵⁷, além de um improvável donativo de 900 contos de réis ⁵⁸. A acreditar no testemunho do Conde de Baschi, a rainha espanhola teria presenteado seu irmão com um carregamento de «quatro carros cheios de ouro» ⁵⁹; Sir Richard Lodge refere a quantidade de 150 mil dólares ⁶⁰. Ao certo, apenas se sabe que as ofertas formais das duas grandes cortes bourbônicas acabaram sendo polidamente recusadas ⁶¹.

Nenhum outro reino auxiliou então Portugal, como o inglês. Nos dias que se seguiram ao terremoto, o enviado Abraham Castres pôs-se à disposição de Sua Majestade Fidelíssima e de toda a casa real. A Feitoria Britânica decidiu remeter a D. José uma unânime mensagem de condolências, em que aproveitava para reiterar sua esperança num breve restabelecimento das relações comerciais entre os dois aliados, para bem da utilidade pública e glória de ambas as Coroas ⁶².

As notícias chegadas a Inglaterra causaram forte impressão em todos os segmentos sociais. Os comerciantes com investimentos em Lisboa foram dos primeiros a entrar em pânico, temendo haver perdido o resultado de gerações de trabalho. Infelizmente, alguns descobriram que os seus piores temores tinham fundamento. Tãmanha foi a onda de especulação, que a Bolsa se viu obrigada a fechar por

⁵⁶ CALMON, Pedro — *História do Brasil São Paulo*. Comp. Ed. Nacional. 1943. T. 3º, p. 225. A Câmara de Olinda ofereceu 900 mil cruzados (Cf. BRASIL. Ministério da Educação e Saúde — *Documentos históricos*. Consultas do Conselho Ultramarino. Bahia. 1732-1756. Biblioteca Nacional, Div. de Obras Raras e Publicações. XLI: 247-248. 1951). Os dados de José-Agusto FRANÇA parecem incluir apenas o montante da Bahia. *Opus cit.*, p. 72 (n.31).

⁵⁷ Cf. SILVEIRA, Luís — «Algumas memórias do govêrno da Córte de Lisboa, nos últimos meses da vida de El-Rei D. João V, e dos princípios do reinado de D. José (Documentos da Biblioteca Estadual de Hamburgo)». *Congresso do Mundo Português*. Publicações. Vol. VIII. 1940. p. 82.

⁵⁸ FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 72.

⁵⁹ SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potências do mundo*. Lisboa, Academia das Ciências. 1860. T. VI, p. 67.

⁶⁰ *The private correspondance of Sir Benjamin Keene*. (Cambidge, 1933. p. 436), cf. *O terramoto de 1755*, p. 261 (n.77).

⁶¹ SANTARÉM, Visconde de — *Opus cit.*, T. VI, pp. XX, 79-81.

⁶² *Ibidem*, pp. 55, 57, 75, 77.

alguns dias ⁶³. O ministro Martinho de Mello e Castro, antes mesmo de ter certeza do que se passara, alertaria Carvalho e Mello para a necessidade de esclarecer rapidamente a toda a Europa que os homens de negócio portugueses «[...] nem ficaraõ nem seraõ insol-vaveis» ⁶⁴.

Nas camadas populares e em determinados grupos religiosos, as notícias do desastre fizeram reviver o velho temor do Juízo Final ⁶⁵. Lembrando os dois abalos que recentemente se tinham feito sentir na cidade de Londres, argumentou-se que a experiência de Lisboa era um último aviso para que a corte britânica se arrependesse de seus numerosos pecados ⁶⁶. Fora do reino português, somente na Inglaterra se parecem ter realizado solenes cerimónias de penitência coletiva sob determinação da Coroa. «O bispo de Lincoln pregou à Câmara dos Lords e o Dr. Terrick à dos Comuns[...]»; Jorge II assistiu contristado a um serviço religioso do capelão do Arcebispo de Cantuária ⁶⁷.

Afirma Marcus Cheke que em poucas semanas se publicaram em Londres mais de vinte relatos do terremoto ⁶⁸. Lado a lado com escritos messiânicos, apareceriam também pequenos textos de alguns dos maiores escritores do momento; entre eles, Oliver Goldsmith, Thomas Gray e Samuel Johnson ⁶⁹. Há quem diga que foi em 1755 que Portugal passou a constituir *definitivamente* tema de interesse na literatura britânica ⁷⁰.

⁶³ RODRIGUES, António G. — *Opus cit.*, p. 233.

⁶⁴ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 689. Of. de Londres, 5[?]/XI/1755. Orig.

⁶⁵ THOMPSON, Edward P. — *A formação da classe operária inglesa*. [1ª ed. ingl., 1963] Trad., Denise Bottmann. [Rio de Janeiro], Paz e Terra. 1987. Vol. I («A árvore da liberdade»). p. 49.

⁶⁶ RODRIGUES, António G. — *Opus cit.*, pp. 240-247. Para uma análise mais exaustiva deste e de outros aspectos, KENDRICK, T. D. — *The Lisbon earthquake*. London, Methuen & Co. Ltd. [1956]. ix + 170 pp. No A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 958, Mº 2, encontra-se um exemplar de *Instructions and advice to catholicks, upon occasion of the late earthquakes*. 1750. 8 pp. imp.

⁶⁷ RODRIGUES, António G. — *Opus cit.*, pp. 238-239.

⁶⁸ CHEKE, Marcus — *O Ditador de Portugal* — Marquês de Pombal. Trad., António A. Dória. Liv. Civilização Ed. 1946. p. 73.

⁶⁹ FRANÇA, José-A. — *Opus cit.*, p. 59.

⁷⁰ WALTER, Félix — *La littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique*. (Paris, 1927. p. 33) cf. ESTORNINHO, Carlos — «O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas». *Separata da «Revista da faculdade de Letras de Lisboa»*, 2ª Série. T. XXII (1). 1956. p. 25.

As informações que então se dispunham na margem norte do Canal da Mancha sobre o velho aliado católico, de maneira geral mostravam-se ainda bastante superficiais. No que diz respeito ao conhecimento da língua, é curioso verificar que os estudiosos persistiam em classificá-la como dialeto do espanhol ou como resultado de uma estranha mistura de outros idiomas (castelhano e francês, por exemplo). Igualmente pouco difundida era a literatura, apesar de se haverem traduzido nos séculos XVI e XVII alguns importantes volumes sobre as novas «conquistas» d'além-mar⁷¹ O digno caráter dos capitães portugueses que no *Robinson Crusoe* (1719) e nas *Viajens de Gulliver* (1726) transportam os protagonistas para as terras de suas fantásticas aventuras constituía simples reminiscência da augusta memória da epopéia ultramarina.

Bem menos agradável à Inglaterra era a face católica de seu aliado peninsular. Onde o orgulho nacional andava mais próximo da religião reformada, circulavam severos libelos denunciando as atividades da Inquisição. Reprovava-se-lhe a intolerância com os judeus, a desumanidade dos cárceres e a macabra opulência dos «autos-de-fé». Nos próprios textos de Jonathan Swift encontram-se mostras de profunda antipatia em relação ao Santo Ofício⁷². Chegaram inclusive a resultar, desses juízos, opiniões frontalmente contrárias à integridade moral de toda a coletividade lusitana — como a do geógrafo Pat Gordon, em 1750:

«[...] Tomai um dos seus vizinhos, um espanhol, e despojai-o de todas as suas boas qualidades. A pessoa que daí resulta será um português puro»⁷³.

O desastre de 1755 foi largamente interpretado na Grã-Bretanha como condenação da laxitude moral do povo de Lisboa e de seus ritos «papistas». Nos púlpitos e na imprensa, sucederam-se as habituais denúncias contra a Igreja romana e alguns de seus mais importantes segmentos. Os ataques à Inquisição fizeram-se acompanhar do

⁷¹ RODRIGUES, António G. — «A língua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII». *Biblos*. Coimbra. XXVII(I): 43-76. 1951.

⁷² RAMOS, Gustavo C. — «Referências à Inquisição portuguesa em dois autores ingleses do século XVIII». *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Letras. III: 229-235. 1940.

⁷³ Cf. RODRIGUES, António G. — «A língua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII». *Supra cit.*, p. 52.

revivalismo da antiga animosiade nacional contra a Companhia de Jesus ⁷⁴. Dos protagonistas da polémica, destacou-se a figura do Cavaleiro Francisco Xavier de Oliveira, autor do *Discours pathétique* ⁷⁵. A embaixada londrina de Sua Majestade Fidelíssima reagiria através da *Satyrical Review of the manifold Falshoods and Absurdities hitherto published concerning the Earthquake* ⁷⁶.

Nesse e noutros momentos, as iniciativas dos órgãos oficiais foram complementadas pelas de comerciantes britânicos residentes em Portugal. Ao atenuar a imagem negativa de que o reino desfrutava no exterior ⁷⁷, eles visavam garantir a obtenção de um maior número de parceiros nos investimentos necessários ao comércio marítimo, superando antigas resistências culturais e possíveis desconfianças quanto ao verdadeiro interesse das transações. De fato, entre os últimos anos do século XVII e meados do XVIII, o comércio anglo-português atingiria um nível de atividade extremamente relevante para ambas as partes.

Às vésperas do terremoto, a Inglaterra enviava para Portugal manufaturas têxteis e cereais, recebendo em troca vinhos, ouro e diamantes. A importância desses negócios para a *city* de Londres fica bastante clara quando se lembra que no intervalo de 1744 a 1763 as exportações de trigo para os portos portugueses atingiram em média 21% do total das transações do gênero; em alguns anos, a percentagem ultrapassou os 30%. Quanto às principais manufaturas de lã, a cifra correspondente para o mesmo período é de cerca

⁷⁴ V. BANGERT, William V., S.J. — *História da Companhia de Jesus*. [1ª ed. norte-americana, 1972]. Trad., Joaquim M. Abranches, S.J., e Ana Mª L. da Silva. Porto, Liv. A.I.; São Paulo, Ed. Loyola. [1985]. pp. 108, 179-184, 281-286, 387-389; TAUNTON, Ethelred L. — *The History of the Jesuits in England. 1580-1773*. London, Methuen & C. 1901. xii + 513 pp., e BASSET, Bernard, S.J. — *The English Jesuits; from Campion to Martindale*. London, Burns & Oates. 1967. 477 pp.

⁷⁵ *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées au Portugal*. 1ª ed.: Londres, 1756; 2ª ed., 1757.

⁷⁶ 1ª ed., 1756. A resposta do Cavaleiro de Oliveira foi um volume chamado *Authentic Memoirs Concerning the Portuguese Inquisition Never before Published*. (1ª ed.: Londres, 1761). V. RODRIGUES, António G. — «Uma obra desconhecida do Cavaleiro de Oliveira contra a Inquisição». *Biblos*. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra. LII: 305-317. 1976.

⁷⁷ V., p. ex., o esforço de Charles BROCKWELL, que após vários anos em Lisboa escreveu *The natural and political history of Portugal* (1ª ed., 1707; reed., 1726). Nessa obra, algumas críticas tradicionais encontram-se temperadas pelo claro propósito de desmistificação.

de 18%⁷⁸. O cálculo da quantidade de metais preciosos que saíram de Lisboa rumo ao Tâmis mostra-se mais difícil de realizar, em virtude da relativa falta de registros a seu respeito. De qualquer maneira, é significativo que durante muito tempo se tenha reconhecido o papel imprescindível do ouro português no processo de crescimento do mercado financeiro londrino⁷⁹.

A relevância das relações comerciais com Portugal ajuda a explicar a solícita mensagem de condolências do rei Jorge II e a oferta de recursos elegantemente destinada pelo parlamento britânico aos súditos de Sua Majestade Fidelíssima. Em dinheiro, foram 100 mil libras — cerca de 180 contos de réis; além disso, despacharam-se seis navios carregados de alimentos, roupas e ferramentas, sob a escolta de vasos de guerra⁸⁰. Quando as provisões desembarcaram em Lisboa, o governo de D. José determinou que os primeiros beneficiados fossem os residentes britânicos.

As casas de Hanover e Bragança já não conheciam há alguns anos motivo para tão próximas e amigáveis relações. Apesar do valioso comércio que os seus súditos praticavam e dos interesses que ambas as Coroas repartiam, os últimos contatos diplomáticos haviam sido dominados por discussões sobre os privilégios formalmente garantidos desde a segunda metade do século XVII, num quadro de difíceis

⁷⁸ FISHER, H. E. S. — *De Methuen a Pombal; o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. [1ª ed. ingl., 1971] Trad., Joaquim D. Peixoto. Lisboa, Gradiva. 1984. pp. 184-185.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 199-200. V. tb. PINTO, Virgílio N. — *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português* (Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1979. 346 pp. («Brasilianna», 371). Em ofício de Martinho de Mello e Castro para D. Luís da Cunha Manuel aos 18 de setembro de 1759, lê-se o seguinte: «[...] Pouco tempo depois do infeliz Catastrophe do Terremoto, em qe as remessas de Lisboa vinhaõ com mais lentidaõ, achando-me hum dia em Caza do Duque de Newcastle, onde se tratava de subsidios para a Campanha futura; e em qe havia grandes difficuld.es, sem mais reflexaõ qe a do embarço em qe se achava o Duque, se chegou a mim, e me disse ao ouvido — Nous sommes perdús sans L'argent de Portugal» (A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 691. Reg^o).

⁸⁰ Seis mil barris de carne, quatro mil barris de manteiga, mil e duzentas sacas de arroz, mil sacas de biscoito, dez mil quintais de farinha, três mil trezentos e trinta e três moios de trigo e grande porção de ferramentas, cf. (p. ex.) CARNAXIDE, Visconde de — *O Brasil na administração pombalina*. Economia e política externa. São Paulo, Comp. Ed. Nacional. 1940. p. 163. V. reg^o da carta de Jorge II no A.N.T.T.; M.N.E., L^o 265 («Cartas a Príncipes»).

relações pessoais ⁸¹. Há muito tempo que os dois soberanos não se reuniam com a tarefa de superar obstáculos comuns, de maneira urgente. O terremoto de 1755 representou uma oportunidade de reencontro e confirmação de antigas afinidades; por outro lado, serviu para esclarecer à Europa a verdadeira tendência política da corte de D. José, no instável equilíbrio continental. Declinar o auxílio francês e aceitar de bom grado o de Jorge II foi uma clara indicação da pública retomada dos antigos laços de amizade dos portugueses com a potência mercantil, financeira e marítima mais propícia a complementar as necessidades «económicas» de Lisboa.

Atravessava-se então um período de grande efervescência política internacional. Em quase todas as cortes, voltavam-se a debater os principais problemas que os tratados de 1748 não haviam resolvido satisfatoriamente. Regiões como a América do Norte continuavam a experimentar constantes escaramuças; imaginavam-se novas disputas dinásticas e territoriais nas fronteiras do Império, e, entre velhos aliados, tendia a aumentar o grau de desconfiança quanto à sinceridade e eficiência das ajudas mutuamente garantidas.

Na primeira metade do século XVIII, o continente europeu vira o equilíbrio de suas forças políticas transformar-se num jogo cada vez mais complexo. O declínio do poderio sueco, ratificado nos tratados de 1719 a 1721, favorecera a ascensão da Rússia e do pequeno reino prussiano. Ao mesmo tempo, iniciara-se na região uma ferrenha disputa de influências pelo controle da Polónia. A agressividade dos planos de Berlim alimentou preocupações crescentes na corte de Viena. Pelo menos até à década de 1740, os mais temidos adversários do Império continuaram no entanto a ser as ricas casas de Bourbon, pelo seu controle sob boa parte da península itálica e a cobiça de incertos territórios banhados pelo Reno.

Os terrores das guerras de religião do século XVII haviam sido substituídos por códigos de conduta mais cautelosos e racionais, que a atividade diplomática ajudara a complementar. No difícil xadrez de grandes e pequenos estados, interessava garantir alianças suficientemente fortes para dissuadir os adversários, mas não o bastante, que pudessem, elas próprias, desestabilizar o «sistema». Cabia aos gabinetes e aos embaixadores avaliar as mudanças de equilíbrio, propondo

⁸¹ Sobre as relações anglo-portuguesas no intervalo de 1750 a 1755, v. o capítulo II.1 de «'Ervas de 'Ruim Qualidade'»: «O inventário».

correções ou assegurando a continuidade. Nesse jogo, os casamentos reais eram episódios da maior relevância. Os conflitos armados resultavam, com frequência, do insucesso das uniões contratadas ou da disputa por tronos sem herdeiros diretos (reconhecidos), como no caso das sucessões espanhola, polonesa e austríaca ⁸².

Desde a paz de Utrecht (1713), a Inglaterra assumira o papel de árbitro da Europa. Denunciando as intenções hegemónicas ora da França, ora da Áustria, conseguira, na prática, defender os seus interesses continentais e expandir com relativa liberdade atividades ultramarinas. O rápido desenvolvimento da indústria têxtil e uma sólida organização financeira permitiram-lhe concorrer em boas condições com as velhas companhias de comércio holandesas e com os sofisticados produtos de origem francesa. Importante nesse processo foi o monopólio do comércio de escravos para as colónias do Império espanhol (*Asiento*): alavanca de um invejado contrabando em várias regiões da América ⁸³. Na tentativa de consolidar de uma vez esses mercados, chegaram-se a fazer planos de conquista militar, em áreas como as Antilhas e o rio da Prata ⁸⁴.

A Índia e a América do Norte também atraíram sobre si interesses diferentes. Principalmente na região dos Grandes Lagos, o expansionismo de colonos franceses e britânicos provocou vários momentos de atrito. A paz de Aix-la-Chapelle teve pouca influência no clima de animosidade existente a norte de Ohio e ao longo do rio S. Lourenço. A determinação em assegurar reservas de caça ou espaços de comunicação essenciais — alargando fronteiras ainda mal estabelecidas — provocou conflitos armados que se estenderam pela década de 1750. E ao contrário do que se verificara durante o século XVII, a interferência dos governos metropolitanos tornou-se cada vez mais intensa ⁸⁵.

⁸² V. ROBSON, Eric — «The armed forces and the art of war»; LINDSAY, J. O. — «International relations». In: LINDSAY, J. O. (ed.) — *The New Cambridge Modern History*. Vol. VII («The Old Regime. 1713-1763»). Cambridge, At the Cambridge University Press. 1963. pp. 163-190 e 191-213.

⁸³ V. STUDER, Elena F. S. de — *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. [Montevideo], Libros Hispanoamerica. [1984]. Cap. VII («El asiento inglés») e seqs.; PANTALEÃO, Olga — *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. São Paulo, s.n. 1946. 282 pp.

⁸⁴ V. REIS, Arthur C. F. — «Os ingleses e o continente de S. Pedro». In: *Épocas e visões regionais do Brasil*. Manaus, Ed. do Governo do Estado do Amazonas. 1966. pp. 501-508 («Alberto Tórreres», VI).

⁸⁵ THISTLETHWAITE, Frank — «Rivalries in America. The North American Continent». In: LINDSAY, J. O. (ed.) — *Opus cit.*, pp. 528-540.

Foi sob ordens expressas do governador da Virgínia que em 1754 um grupo de milicianos se deslocou à recém-criada fortaleza de Duquesne com a missão de evacuar o contingente francês ali estacionado. A meio caminho — na altura de Great Meadows —, as forças britânicas lideradas pelo oficial George Washington infligiram pesada derrota a um destacamento adversário. Pouco depois o partido canadense contratou, tomando de assalto o improvisado Fort Necessity.

A notícia desses eventos chegou a Londres num instante politicamente delicado: Henry Pelham, Secretário do Tesouro desde 1744, acabara de morrer. Embora Jorge II o viesse a substituir pelo irmão Thomas Holles — Duque de Newcastle — a mudança de líder exigiu uma trabalhosa recomposição parlamentar, de que só parece haver resultado certa estabilidade em meados de 1757⁸⁶. De acordo com Richard Middleton, a questão americana foi o primeiro grande problema que o novo gabinete teve de enfrentar. Sua decisão — para além de considerações internacionais — baseou-se no reconhecimento da inequívoca importância comercial que as colónias do outro lado do Atlântico haviam assumido nos últimos quarenta anos⁸⁷. Ainda em 1754, o Major-General Edward Braddock, no comando de dois regimentos, foi despachado para a Pensilvânia, com ordens para levantar forças adicionais assim que chegasse ao seu destino. Meses mais tarde, o Almirante Boscawen receberia instruções para impedir que qualquer contingente da marinha francesa atravessasse o oceano em direção ao Canadá. Mal se imaginava que ambos viessem a fracassar...

Por mais que à Inglaterra parecesse lógico restringir o conflito ao território das colónias, numa questão de meses a novidade da situação fez reviver antigos receios e desencadeou uma sequência de ações com resultantes inesperadas.

A maior preocupação britânica no continente europeu era a segurança do estado alemão de Hanover⁸⁸. Sua defesa encontrava-se

⁸⁶ WILLIAMS, Basil — *The Whig Supremacy. 1714-1760*. 2nd ed., revised by C. H. Stuart. Oxford, At the Clarendon Press. 1962. pp. 345-357.

⁸⁷ MIDDLETON, Richard — *The Bells of Victory. The Pitt-Newcastle ministry and the conduct of the Seven Years' War. 1757-1762*. Cambridge University Press. 1985. pp. 2 e segs.

⁸⁸ George II ainda era natural de Hanover e procurava visitar constantemente o seu estado alemão. Exigia, portanto, que a Inglaterra lhe procurasse garantir a integridade. Sobre a relevância das determinações reais na política externa da Grã-Bretanha, v. CLARK, J.D.C. — *Revolution and rebellion. State and society in England in the seventeenth and eighteenth centuries*. [1ª ed., 1986] Cambridge, Cambridge University Press. 1987. pp. 78-80 (p. ex.).

tradicionalmente garantida por tratados militares com a Áustria e com a Holanda. A partir de meados da década de 40, a ascensão prusiana começara a criar o temor de que essas alianças se mostrassem ineficientes. Na corte da Imperatriz Maria Teresa um grupo de diplomatas liderados pelo Príncipe de Kaunitz passou entretanto a considerar pouco satisfatória a usual ajuda da própria Inglaterra; somente com ela, seria difícil que os Habsburgos voltassem a ascender ao seu lugar de grande potência, mantendo os Países Baixos e recuperando a Silésia. Para tanto, os melhores aliados da Áustria pareciam ser as tropas da França e da Rússia.

A perspectiva de que Frederico II se visse obrigado a enfrentar sozinho os três maiores exércitos continentais foi agravada em setembro de 1755 com a assinatura da Convenção de S. Petersburgo entre a Rússia e a Inglaterra. Após quase dez anos de negociações, o acordo estabeleceu um aumento significativo do apoio militar no caso de ameaça ao território de Hanover. Os ministros britânicos que discutiram o assunto no Parlamento tentaram esclarecer que o tratado apresentava um caráter essencialmente defensivo. Como sinal de boa-fé, decidiram inclusive retribuir as propostas de diálogo que há vários anos recebiam da corte de Berlim. Dessa forma, remeteram a Frederico II a minuta de uma convenção destinada a estabelecer que qualquer futuro conflito ficasse distante dos estados alemães. O texto recebeu acolhida favorável, sofreu algumas modificações, e em janeiro de 1756 foi assinado por ambas as partes, em Whitehall. Mais tarde, viria a ser conhecido como «Tratado de Westminster».

Newcastle acreditava que as garantias da Prússia pudessem significar o início de mais um longo período de paz no continente europeu, desestimulando qualquer reação belicosa de Paris fora dos domínios coloniais. Em ofícios para o Secretário de Estado Robert Holderness, ele mostrava-se de tal maneira confiante no sucesso de suas articulações, que chegava a admitir a possibilidade de atender a uma velha reivindicação das Províncias Unidas: o envio de reforços consideráveis para uma melhor defesa da Boêmia⁸⁹. O que certamente não se previu foi o profundo desagrado com que os austríacos receberam a notícia do acordo de Westminster. Para além da Imperatriz estar mais interessada na Silésia do que no estabelecimento da paz, soava-

⁸⁹ HORN, D. B. — «The diplomatic revolution». In: LINDSAY, J. O. (ed) — *Opus cit.*, pp. 449-450.

-lhe muito pouco elegante que a sorte da Alemanha fosse discutida em segredo por dois dos seus Eleitores. Os franceses, igualmente surpreendidos, reagiram quase da mesma maneira: desde logo, decidiram não renovar a sua aliança defensiva com a Prússia. Os entendimentos entre Viena e Paris foram retomados sobre outras bases, e em maio de 1756 — com o Primeiro Tratado de Versalhes — formalizou-se o que a historiografia costuma chamar de «revolução diplomática» ou «inversão das alianças».

Esses fatos ecoaram insistentemente por todas as cortes. Em São Petersburgo, desencadeou-se uma intensa disputa entre a facção britânica, liderada pela princesa Catarina, e o «partido» francês, encabeçado pela própria Elizabeth I. Na Turquia, onde a velha amizade com a corte de Paris se baseava numa desconfiança comum em relação às pretensões da Áustria, a embaixada francesa e as comunidades cristãs passaram a sofrer graves constrangimentos ⁹⁰. Pelo contrário, de Roma emanou uma enorme alegria com a conciliação das duas mais importantes dinastias católicas da Europa. Foi desse episódio que saiu o barrete cardinalício de François de Bernis, bem como uma certa tendência para resgatar o velho espírito das «guerras de religião». O Papa Benedito XIV procurou reprimir manifestações muito efusivas, tendo em conta os interesses do Império. Frederico II fez, no entanto, o que pôde para ser universalmente reconhecido como «guardião do protestantismo» ⁹¹.

Longe do centro dos acontecimentos, a corte de Espanha acompanhou a reviravolta diplomática com alguma apreensão. Afinal, é menos de nove meses, o sistema que em 1748 lhe havia possibilitado estabelecer uma política de neutralidade e a assinatura de dois importantes tratados internacionais em Madrid, alterara-se por completo. A península itálica ficara cercada pela força conjunta dos maiores exércitos europeus; a Inglaterra deixara de ser um interlocutor privilegiado da temida corte de Viena; no seu lugar, contratara a desagradável — e pouco interessante — companhia de Frederico II. Se antes da inversão das alianças já se começava a sentir na Espanha um recrudescimento de animosidades entre os simpatizantes de

⁹⁰ ZELLER, Gaston — *Les temps modernes; de Louis XIV à 1789*. Paris, Librairie Hachette. [1955]. pp. 227-228 («Histoire des relations internationales», dir. p/ Pierre Renouvin. Tome 3ème, II).

⁹¹ HORN, D. B. — «The diplomatic revolution». In: LINDSAY, J. O. (ed.) — *Opus cit.*, p. 455.

Londres e Paris, no correr do ano de 1756 o clima de conflito tendeu a agravar-se.

Temendo que as notícias sobre a formação de grandes blocos religiosos prejudicassem o seu delicado relacionamento com as monarquias ibéricas, os ingleses insistiram na idéia de que a aliança com Berlim excluía qualquer tipo de acordo anti-católico. Os esforços do embaixador residente em Madrid parecem ter encontrado maior resistência que os do ministro Abraham Castre, em Lisboa. Desde o início, a reação do governo português ao Tratado de Westminster foi surpreendentemente positiva. O Secretário de Estado Carvalho e Mello — até então muito pouco simpático com os residentes estrangeiros — revelou o seu profundo empenho em defender os interesses da Casa de Bragança, através de expressões que levaram o representante de Londres a qualificá-lo como «inglês de coração»⁹².

O bom relacionamento existente entre as Coroas ibéricas e a importância que elas reconheciam aos negócios coloniais foram elementos decisivos para que ambas mantivessem neutralidade nominal perante os conflitos que se seguiram à revolução diplomática. No entanto, com o desenrolar da Guerra e com a mudança do equilíbrio de forças nas cortes de Lisboa e Madrid, começar-se-iam a desenvolver sensibilidades diferentes.

Portugal e Espanha compartilharam por quase dez anos elevadas despesas logísticas e militares relativas aos trabalhos de demarcação de fronteiras na América do Sul. Na bacia do Paraná, empregaram-se dezenas de milhões de cruzados na montagem de um exército conjunto para evacuar algumas das missões jesuíticas⁹³; no Amazonas, a grandiosidade do território e o cuidado com aparatos de representação dignos de ambas as Coroas também acarretaram

⁹² BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list [...]*. V. 2, p. 329 (Of. de A. Castres p/H. Fox. Lisboa, 11/II/1756. «Carvalho's reaction to news of British treaty with King of Prussia, and his assurances that as a good Portuguese 'he should always show himself an hearty Englishman'»).

⁹³ Na campanha do sul, só o governo português teria desembolsado 26 milhões. V. CARNAXIDE, Visconde de — *Opus cit.*, Cap IV («As grandes despesas»), item 3 («O factor económico»), p. 154, e Of. de LCM p/MMC. Nossa Senhora da Ajuda, 7/V/1759. § 12 (reprod. nos anexos documentais).

gastos incomuns ⁹⁴. Cifras que as colónias, sozinhas, não puderam suportar ⁹⁵.

A escassez de recursos locais foi minuciosamente descrita por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nas suas cartas para Lisboa, o governador queixava-se do abastecimento deficiente, da falta de braços para o trabalho e da ausência de reversas para investir ⁹⁶. A situação exigia urgentes reformas. Para que os colonos pudessem desenvolver empreendimentos de maior envergadura, era aconselhável alterar o corpo de leis sobre os indígenas, constituir um organismo mercantil com capital próprio e estabelecer privilégios que impulsionassem o tráfico negreiro para a região. Além disso, seria preciso, acima de tudo, afirmar com clareza a autoridade da Coroa e redimensionar o papel das ordens religiosas.

Em fevereiro de 1754, esta última idéia já estava de tal maneira amadurecida, que o governador sentiu obrigação de pedir desculpas, por continuar a explorá-la nos seus ofícios. A engenhosa elaboração do argumento incorporou uma série de imagens que se tornariam comuns na guerra de libelos do final da década de 50:

«[...] Quero últimamente acabar de discorrer e tomar o tempo a V. Exa. com êste cansado, absoluto e prejudicialíssimo poder dos Regulares, porque, sendo êle sem dúvida a total ruína dêste Estado, e o que há de obstar ao progresso de quantos estabelecimentos nêle se quiserem fazer, e sendo eu o que devo dar conta desta seara que S. Maj. foi servido encarregar-me, é impossível que deixe de vigiar com todo o cuidado sôbre a erva que pode embaraçar-me esta lavoura, e cuidar mui sèriamente a ver se acho meio de a extinguir, assim como fazia ao escalracho das vinhas de

⁹⁴ V. DIAS, Manuel N. — «Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazônico». In: *COMO interpretar Pombal?* No bicentenário de sua morte. Lisboa, Ed. Brotéria; Porto, Liv. A.I. 1983, p. 342.

⁹⁵ «[...] é preciso que S. Maj. todos os anos esteja mandando de Lisboa grandes somas, assim para o pagamento das tropas, e gastos das demarcações, como para outras despêsas indispensáveis [...]». Of. de FXMF p/ Gov. da Capitania do Mato Grosso. Mariuá, 11/X/1755. Cf. MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2, p. 802.

⁹⁶ DIAS, Manuel N. — *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1971. pp. 126-136. Na «Prefácio» a esta obra, Arthur Cézari Ferreira Reis procura mostrar a necessidade de alguma cautela na interpretação de testemunhos como os de Mendonça Furtado.

Oeiras, que à custa de muito dinheiro mandava tirar e o punha na estrada onde era queimado, só porque compreendi que ele fazia prejuízos aos bachelos que eu estava plantando; e, ainda que a V. Exa. lhes pareçam impertinentes as minhas relações a êste respeito, peço-lhe que queira ter um bocado de paciência para me ouvir, porque estas gentes são meu Manuel Pereira de Sampaio»⁹⁷.

Entre 1754 e 1755 tomou corpo um importante conjunto de diplomas destinado a alterar o processo de exploração dos recursos amazônicos. O núcleo mais abrangente constituiu-se de três alvarás estabelecendo a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a «liberdade» dos índios e o fim do governo temporal de todos os missionários⁹⁸. Assinados em Lisboa em julho de 1755, por ocasião do aniversário de D. José, só chegaram a Belém mais de quatro meses depois.

A criação da Companhia de comércio motivara algumas reações de protesto na metrópole. Uma das primeiras que se registrou foi um sermão no púlpito da Igreja de Santa Maria Maior, proferido pelo Padre Jesuíta Manuel Ballester. Pouco mais tarde, manifestaram-se os comerciantes da «Mesa do Bem Comum»: em memória enviada ao monarca, deram a entender que seriam eles os maiores prejudicados com o monopólio recentemente estabelecido, e pediram que o alvará do dia 7 de julho sofresse ampla revisão. Seus argumentos sensibilizaram algumas personalidades que frequentavam o Paço. De acordo com João Lúcio d'Azevedo, o próprio irmão de Sua Majestade chegou a interceder pelos confrades do Espírito Santo da Pedreira, embora sem sucesso. O «partido» favorável à Companhia do Grão-Pará conseguiu-se impor, e as vozes dissonantes foram severamente punidas: Manuel Ballester e o Procurador Bento da Fonseca trocaram a corte, pelo desterro em Bragança; sete homens de negócios da «Mesa do Bem Comum» responderam a uma devassa realizada pelos

⁹⁷ Of. de FXMF p/ Sebastião José de Carvalho e Mello (SJCM). Pará, 18/II/1754. Cf. MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2º, p. 498. Embaixador Extraordinário de Portugal em Roma (1742-1750), Manuel Pereira de Sampaio foi constantemente acusado por Carvalho e Mello de lhe ter criado graves obstáculos durante a sua missão na corte de Viena (1744-1749).

⁹⁸ V. BEOZZO, José O. — *Leis e regimentos das missões*. Política indigenista no Brasil. São Paulo, Ed. Loyola, 1983. pp. 56-60.

juizes Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira e José António de Oliveira Machado, sendo depois remetidos para o presídio de Mazagão ⁹⁹.

Quando o Secretário dos Negócios Estrangeiros comunicou estes episódios a Mendonça Furtado, pôde dizer, satisfeito, que os rebeldes haviam reunido contra si a justiça real e o povo de Lisboa: — «[...] com o que vereis que nesta Corte produziu aquella mal considerada Sedição hum effeito totalmente contrario ao que os Authores della haviaõ proposto» ¹⁰⁰. Em virtude de semelhante resultado, Carvalho e Mello sofismou que dali em diante os governadores do Brasil deveriam ter menos problemas com os jesuítas. Não havendo porém «cautela que seja superflua», advertiam-se as autoridades locais a conquistarem para si o apoio dos colonos, explicando-lhes os benefícios assegurados pela nova Companhia de comércio. Por outro lado, lembrava-se a importância descobrir se indivíduos dignos de nota combatiam as determinações de Sua Majestade. Os pregadores rebeldes deveriam ser desterrados; os particulares que tentassem «abuzar da credulidade dos Povos», presos e submetidos a interrogatório, tal como em Lisboa. Se a despeito de tantos cuidados viessem ainda a suceder manifestações coletivas, era essencial identificar de imediato seus instigadores, submetê-los a julgamento, e executar-lhes as sentenças sem demora.

A defesa do «público interesse» e o resguardo do «bem comum» justificavam um controle cada vez mais rigoroso da sociedade: nenhuma manifestação que pudesse trair desdobramentos políticos, escapava à alçada da Coroa; nenhuma voz contrária às determinações do Estado deveria ser tolerada. Diante do trono, inexistia o direito ao «segredo» ou à «privacidade». Para bem governar o destino de seus súditos, o rei tinha o dever de reunir amplas informações e antecipar movimentos de «sublevação». A partir da década de 1750, — entre rápidas mudanças e graves conflitos — tornou-se cada vez mais clara a obediência a esses princípios.

⁹⁹ AZEVEDO, João L. d' — *O Marquês de Pombal [...]*, pp. 113-116.

¹⁰⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO; Caixas de papéis avulsos do Pará. Cx. 15. Of. de SJCM p/ FXMF. Lisboa, 4/VIII/1755. Min. 7 ff. mss. O original da BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (Coleção Pombalina 626) é citado p/ AZEVEDO, João L. d' — *Opus cit.*, p. 118, n. 36, e transcrito p/ MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2º, pp. 784-788. Há outros três officios de SJCM p/ FXMF com a mesma data.

No que toca ao relacionamento com a Igreja — e, em especial, com a Companhia de Jesus —, o interesse do Estado em controlar as mensagens veiculadas nos sermões foi acompanhado por uma desconfiança crescente a respeito do hábito da confissão e dos Exercícios Espirituais.

Em agosto de 1755, D. Miguel de Bulhões oficializaria o extermínio dos Padres António José, Teodoro da Cruz e Roque Hundertpfund, sob variadíssimas queixas ¹⁰¹. A mais grave envolvia a suspeita de uma conjura para entregar aos franceses de Caiena o território do Pará, em troca da manutenção do «cativeiro» dos índios ¹⁰². O Padre Hundertpfund teria empregado sua condição de diretor espiritual na conquista de novos partidários para a sua causa ¹⁰³. Assim, qualquer indivíduo que nos últimos tempos houvesse procurado o sacerdote germânico para praticar Exercícios, poderia estar incurso no crime de traição, e deveria ser submetido a tratamento diferenciado. A justificativa para esse raciocínio foi claramente enunciada pelo governador num ofício para o Bispo D. Miguel de Bulhões:

«Pelo que V Exa me participa vejo que esta conjuração teve principio nos Santos Exercicios que o Veneravel P.e Roque estava dando aos seus filhos Espirituáes, e como o mesmo P.e foi o autor da practica, devemos reputar indiciados naquelle abominavel crime todos os seus confessados geralm.te, não para por ora se proceder contra os q não tiverem culpas provadas, ou inunciadas [*sic*], mas p.a se ter com elles huã grande vegia, e cuidado, observando-lhes os passos todos e ainda mandando-os tentar por alguã pessoa fiel, para descobrirem os corações, e sendo neccesr.o pagar-se a estes homens m.to bem á custa da Fazenda Real.

¹⁰¹ A ordem de expulsão fóra transmitida p/ SJCM a FXMF aos 14/III/1755 — cf. MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2º, pp. 659-660. Na mesma altura, houve determinação para também despachar o P.e Manuel Gonzaga, do Piauí.

¹⁰² A.H.U.; Cx. do Pará. Cx. 15. Of. de D. Frei Miguel de Bulhões p/ SJCM. Pará, 2/VIII/1755; Of. de D. Fr. Miguel de Bulhões p/ Diogo de Mendonça Corte-Real. Pará, 18/VIII/1755; Cx. 18. Of. de João da Cruz Dinis Pinheiro (Intendente Geral do Comércio, Agricultura e Colónias nos Estados do Grão-Pará, Maranhão e Piauí) s/ menção de destinatário. Belém, 4/IX/1755. Orig.

¹⁰³ A.H.U.; Cx. do Pará. Of. de FXMF p/ SJCM. Mariuá, 12/XI/1755. Orig. O Aleixo António foi acusado da mesma prática. V., pex., Of. FXMF p/ SJCM. Arraial de Mariuá, 10/XI/1755. Orig., na mesma cota (Ofícios reproduzidos p/ MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2º, pp. 821-826 e 812-814).

Todos os que se acharam naquella practica assim homens, como mulheres são correos [i.e., co-réus], e segdo o q eu posso alcançar [sic], estão incursos na pena de Traydores, porq não he neccesr.o ser socio no delicto, pa cometer Crime, basta saber qualquer pessoa da conjuraçãõ, e não a delatar, p.a ficar incursõ na penna [...]».

Querendo sublinhar a periculosidade do Jesuíta e o verdadeiro «contágio» a que tinham ficado sujeitos os seus interlocutores, Mendonça Furtado esclarecia em detalhe que...

«[...] o mesmo Crime se reputa como peste, que inficiona a tudo o que chega, passando ainda aos dessendentes [...]».

Fôra esse por exemplo o caso de D. Luís Miguel de Meneses, Duque de Caminha, filho do 7º Marquês de Vila Real: simplesmente por não denunciar uma conspiração em que o seu pai andava implicado, juntara-se a ele no julgamento e, depois, no cadafalso, aos 29 de agosto de 1641.

Agrupando as razões, «parese» enfim indispensável a Mendonça Furtado...

«[...] o procedim.to contra tudo o q constar que esteve naquellas practicas, porque o caso bem vé V Ex.a que não o há mayor, e para estes Crimes bastam ainda testemunhas singulares, presunções, indícios, p.a se proceder contra os culpados»¹⁰⁴.

A difícil experiência vivida na região e as graves recomendações do governo de Lisboa levaram as autoridades do Amazonas a reear a ocorrência de novos «insultos», logo que se comesçassem a «publicar» os controversos alvarás de 1755. Decidiu-se, portanto, fazê-lo com a máxima cautela. O único que, numa primeira fase, se tornou conhecido foi o da Companhia de comércio.

Na ausência do governador, a cerimónia oficial em Belém do Pará transcorreu sob a direção do Bispo D. Miguel de Bulhões. Quando se encontravam no terreiro do Paço «grande parte do Povo, e quasi todos os soldados», leu-se pausadamente, em voz alta, o célebre

¹⁰⁴ A.H.U.; Cx. do Pará. Of. de FXMF p/ D. Fr. Miguel de Bulhões. Mariuá, 3/X/1755. Cópia. Reproduzido tb. p/ MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazónia na Era Pombalina*. T. 2, p. 798-800.

diploma de 7 de julho. Logo em seguida, o Bispo assomou à janela e clamou três vezes «Viva El Rey Nosso Senhor». Tê-lo-á acompanhado a multidão com tanta alegria, que não pôde D. Miguel «[...] conter as Lagrymas nos olhos ao suave impulso do gosto».

Fazia-se necessário agradecer condignamente a generosa mercê de Sua Majestade. O mais idoso vereador da Capitania sugeriu então enviar uma carta em que a coletividade tentasse expressar seu enorme regozijo. O governador interino aceitou a proposta, mas esclareceu que, além disso, seria apropriado um agradecimento público. Como o Ouvidor Geral recomendasse mandar iluminar toda a cidade,

«[...] Assim se executou com universal applauso [...], de sorte que não houve pessoa alguma, que deixasse de pôr Luminarias, às quaes corresponderão os repiques de sinos, sendo os primeiros em todas as demonstraçoens, com grande edificaçãõ minha, os *Religiosos da Companhia* ¹⁰⁵.

A destacada presença dos jesuítas numa cerimónia em que se comemorava a interdição do seu comércio tradicional e o fortalecimento da autoridade da Coroa, frustrou por completo a expectativa de uma reação imediata. Nem por isso se antecipou, entretanto, a publicação dos outros dois alvarás. Retirado há mais de um ano nas aldeias espalhadas pela bacia amazónica, Mendonça Furtado sentia quase diariamente a falta de entusiasmo dos religiosos acerca de qualquer medida que pudesse alterar a estrutura de suas missões. Por outro lado, antes de pôr em prática os diplomas mais decisivos, ainda lhe restava executar algumas das ordens que recebera na frota anterior...

Em dezembro de 1755, o ilustre enviado da corte viajou de Mariuá para a aldeia de Trocano. Levou consigo as Cartas Régias que previam a criação da Vila de Borba-a-Nova e da Capitania de S. José do Rio Negro. Lá chegando, foi recebido por salvas de dois pequenos canhões. No dia de Ano-Novo, o Padre Anselmo Eckart passou-lhe oficialmente o governo da localidade. Começou assim um rápido processo de transferência de funções em todos os pontos da Amazônia.

Depois desta iniciativa, Mendonça Furtado retornou à sua base anterior, esperando mais alguns meses pelo Comissário espanhol,

¹⁰⁵ A.H.U.; Cx. do Pará. Cx. 15. Of. de D. Fr. Miguel de Bulhões p/ SJCM. [Belém], 6/XI/1755. ff. 1-2. Orig. (grifos do texto).

D. José de Iturriaga. Como ainda não havia recebido notícias do seu homólogo em novembro, decidiu partir para Belém, de maneira a implementar finalmente os diplomas sobre a «liberdade» dos nativos. Três meses após o fazer, no início de 1757, regularizou a administração das antigas aldeias missionárias através do *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão*¹⁰⁶. Na época, já se tinham voltado a verificar fortes resistências e protestos, tanto de religiosos, como de leigos.

O grande problema que a Amazónia levantava para a Coroa portuguesa na década de 1750 advinha da escassez de colonos e da insuficiente presença de funcionários reais em toda a sua área. Questão de economia interna, relacionada ao bom governo das conquistas e ao prestígio da figura do rei, como, também, questão de equilíbrio internacional. Paradoxalmente bem estruturada, a Companhia de Jesus parecia incomodar em todos os níveis: obstruía a eficiência do governo, por ter controle sobre o destino da mão-de-obra nativa, empregando-a em atividades que quase não pagavam impostos ao Estado e inibiam o progresso de pequenos agricultores e comerciantes; empalidecia o prestígio da figura real, por dispensar representantes civis e militares — com toda a sua simbologia —, e manter fortes vínculos diretos com as autoridades da Santa Sé. Neste aspecto, perturbava também a soberania da própria Casa de Bragança e oferecia fundamento a graves acusações de contrabando e traição — associadas principalmente à França e à Espanha.

Mais do que assinalar com clareza os limites que separavam os domínios portugueses dos espanhóis, Mendonça Furtado tentou assegurar a posse e o efetivo controle da terra¹⁰⁷. Projeto com diretrizes bem definidas, avesso a soluções de compromisso¹⁰⁸, sobretudo quando a Europa tornava a entrar em guerra.

¹⁰⁶ Publicado em Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca. MDCCLVIII. 41 pp. Para uma apreciação crítica, V. BEOZZO, José O. — *Opus cit.*, pp. 60-69 (reprodução fac-similar, pp. 128-167).

¹⁰⁷ Esta ordem de prioridades foi explicitamente reconhecida num ofício sobre o caso do Padre Roque Hunderptfund: «[...] o neg.o das Demarcações, he inferior a esse, e se vierem os Min.os Castelhanos, podem m.to bem esperar que eu fassa a minha obrigação». A.H.U.; Cx. do Pará. Cx. 15. Of. de FXMF p/ D. Miguel de Bulhões, Mariuá, 3/X/1755. Cópia (Anexa à carta p/ SJCM de 12/XI/1755).

¹⁰⁸ Sobre a necessidade de um confronto aberto com os focos de resistência, v. A.H.U.; Cx. do Pará. Cx. 15. Of. de FXMF p/ SJCM. Mariuá, 7/VII/1755. Orig.

O período de 1755 a 1757 foi marcado por importantes contratempos nos trabalhos de demarcação e pelo desencadear de represálias contra alguns missionários. Esta última característica esteve menos presente em 1756, para depois voltar com toda a força no ano seguinte: quinze loiolanos seriam então expulsos das capitânicas do norte, indo juntar-se aos três companheiros que já haviam aportado em Lisboa cerca de duas semanas após o terremoto ¹⁰⁹.

Em termos de política interna, a lembrança do desastre de 1755 costuma sugerir a dramática emergência de Carvalho e Mello como primeiro mandatário do reino ¹¹⁰. Sua atuação teria sido decisiva para reestabelecer a ordem e a saúde pública: enquanto o rei se escondia da cólera de Deus, o Secretário andava por entre os escombros, mandando enterrar os mortos e socorrer os feridos. Daí em diante, sua importância seria apenas reafirmada.

Muito já se questionou essa «idéia fundamental», por ignorar o crescente prestígio de Sebastião José nos cinco anos anteriores ¹¹¹, e

f. 2 «Sem embargo de que meu camarada Gomes Freyre de Andrade, se acha na sua Expedição com as Armas na mão, estou p.a afirmar a V Ex.a, que eu trocára com elle; porque elle tem os Inimigos á vista, e com forças p.a os rebater, e eu os tenho tido occultos, e que me tem feito a mais crua guerra que se pode imaginar [...]»; *Ibidem*. Pará, [12/VII/1755]. Orig. incompleto. ff. 1-2 «Agora espero que [os Jesuítas] se ponham publicamente contra mim, Levantandome quantos testemunhos quizerem, do que a mim se me não dà nada; porque pela infinita bondade de Deos, não haõ de achar factõ a que se contraheõ [sic], e ainda que fizesses huã conjuraçãõ, e eu fosse sacrificado em consequencia della, como ficasse remido o Estado, padessseria com grande gosto, e pouco se perdia em mim, quando se restauravam estes importantissimos Dominios de S. Mag.e, Livrando-os da tirania em que athe agora se tem conservado [sic]». O primeiro documentos encontra-se transcrito p/ MENDONÇA, Marcos C. de — *A Amazônia na Era Pombalina*. T. 2º, pp. 714-721.

¹⁰⁹ Anselmo ECKART afirma que, por essa circunstância, os religiosos escaparam às penas que doutra sorte lhes teriam sido inflingidas. *Opus cit.*, pp. 19-20.

¹¹⁰ V., p. ex., BOXER, Charles R. — «Pombal's dictatorship and the Great Lisbon Earthquake». *History Today*. London, 5: 729-736. 1955. («The earthquake of November 1.st, two hundred years ago, aided the rise of the Marquis of Pombal to the position of virtual ruler of Portugal». p. 729, em destaque); MENDONÇA, Marcos C. de — «O ano de 1755 na era pombalina. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 2 de setembro de 1955». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Dep. de Imprensa Nacional. 228: 340-361. Jul.-Set. 1955.

¹¹¹ «[...] Diogo de Mendonça Corte Real havia muito maquinava contra o colega, que desde a primeira hora o eclipsara.» AZEVEDO, João L. d' — *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 126. Já se discutiam importantes mudanças adminis-

por ser improvável que ele se fortalecesse a ponto de encobrir a suprema autoridade do próprio soberano. O que se mostra, entretanto, inegável, é a coincidência do terremoto com um série de circunstâncias que «desarrumaram» o equilíbrio das facções representadas na corte, e o estabelecimento — meses depois — de uma nova ordem, contra as tendências mais «autonomistas» dos últimos anos do reinado de D. João V e a favor dos Carvalhos da rua Formosa ¹¹².

Em meados de novembro de 1755, morreu o Secretário de Estado do Reino e das Mercês, Pedro da Mota e Silva. Levou consigo uma folha de quase vinte anos de serviço no mais elevado cargo da administração do Império. Como Diogo de Mendonça Corte Real saíra de Lisboa logo depois dos abalos do dia de Todos-os-Santos, o único dos três grandes ministros a acompanhar os trabalhos de recuperação da cidade foi Carvalho e Mello. Adquiriu, portanto, uma vantagem adicional, na disputa que vinha travando com o colega para suceder o irmão do velho Cardeal da Mota.

A premência do momento e a certeza de ele ser decisivo para a definição do grupo mais influente junto a Sua Majestade desencadeou diversas manifestações cortesãs. Leia-se a esse respeito a «Carta, que se escrevêo de Portugal a hum Grande de Hespanha [...]» aos 25 de fevereiro de 1756, cuja autoria foi atribuída ao advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça. Há tempos enfrentara, ele, Carvalho e Mello, em júízo, por causa de antigas propriedades dos Marquês de Montalvão ¹¹³.

A «Carta» inicia-se com a narrativa dos principais prejuízos que a cidade sofreu com o terremoto, logo derivando para comentários pessoais sobre a ascendência, a carreira e os defeitos do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Insinua, por exemplo, que ele se habituara a lidar de forma singularmente habilidosa com documentos de interesse político ou patrimonial, roubando os que conseguia e falsificando outros tantos ¹¹⁴ ... Gênio bastante «orgulhozo; muito

trativas em Lisboa no fim de outubro de 1755. V. BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list [...]*, p. 324 (S.P. 89/50, fl. 92).

¹¹² Atual rua do Século, no Bairro Alto de Lisboa, onde o futuro Marquês de Pombal tinha uma de suas casas.

¹¹³ Representou, então, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho Pinto Mesquita. V. BRANCO, Camilo C. — *O perfil do Marquês de Pombal*, pp. 67-79.

¹¹⁴ B.N.L.; Res., Cod. 852. ff. 36, 37 e 40 («[...] aquelle Governador [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] manda folhas de papel assignadas, para seu Irmaõ cá fazer, e dar em Seu nome as contas [...]»).

inconsiderado, temerario, e presumido; espantadiço às primeiras novas [...]»¹¹⁵, Carvalho e Mello seria um personagem de inaptidão sobejamente conhecida no mundo da corte.

Ao tratar com indivíduos que não lhe devotassem simpatia, a falta de capacidade juntava-se-lhe a uma série de outros obscuros expedientes, obstruindo qualquer possibilidade de convívio frutífero e cordial:

«[...] Por cavilóza industria manda ordens impertinentes ao estado das negociaçoens aos nossos Ministros rezid.es nas Cortes Estrangr.as, não lhe[s] correspondendo a nada positivamente, e perguntando-lhe[s] coizas, a que lhe[s] tem dado satisfação vezes repetidas, de q. rezultou escrever-lhe o Enserrabodes, dizendo-lhe se achava com a Mayor desconsolação, por se ir capacitando, q. nam sabia já Ler, nem escrever; porque, nem intendia, o que S. Ex.ca lhe ordenava, nem podia deixar de persuadir-se, que já se não sabia Ler a sua Letra, por ignorar a que propozito se lhe faziaõ recomendaçoens dispara[ta]das, e perguntava aquillo a q. tantas vezes havia dado a ultima rezolução [...]»¹¹⁶.

Antigo enviado à corte de Saint James e, ultimamente, ministro em Roma, António Freire de Andrade Encerrabodes era um dos mais fortes candidatos para o lugar de Pedro da Mota e Silva. Teixeira de Mendonça afirma que ele possuía «grande Litteratura, deliberação, izençam, e politica». Não o conseguindo desacreditar, Carvalho e Mello imaginara isolá-lo numa corte mais remota. Para a Santa Sé, destinaria o seu o primo Martinho de Mello e Castro¹¹⁷.

A prática de afastar dos grandes centros de poder os principais adversários poderia ser ilustrada pelas comissões atribuídas a alguns dos mais altos e experientes representantes da velha nobreza na administração do reino: o Marquês de Tancos fôra encarregado do governo militar do Alentejo; D. Rodrigo de Noronha, do Algarve; o Marquês de Távora, da província da Beira; o Conde de Coculim, de Trás-os-Montes. Receando que as intrigas de Carvalho e Mello os colocassem em posições ainda menos favoráveis, alguns cortesãos teriam decidido tomar a iniciativa de pedir licença «p.a se recolherem as suas Quintas a Cuidar nos seus dezemp.os». Outros conserva-

¹¹⁵ *Ibidem*, f. 29.

¹¹⁶ *Ibidem*, f. 43 (v).

¹¹⁷ *Ibidem*, f. 44 (v).

riam entretanto os lugares que haviam conquistado, dissimulando pareceres e opiniões, ou escobrando a própria capacidade ¹¹⁸.

Alguns dos indivíduos com prestígio e saber suficientes para enfrentar o Secretário dos Negócios Estrangeiros morreram aproximadamente na mesma altura de Pedro da Mota e Silva: Alexandre de Gusmão, dois anos antes; o Cardeal D. Tomás de Almeida, no início de 1756. Bem analisadas as circunstâncias, um dos únicos que em Lisboa poderia «falar, e dizer, o q. intende, o que vê, e o que ouve, p.a evitar os damnos, que do contr.o se seguem», era pois, ainda, Diogo de Mendonça Corte Real ¹¹⁹.

Passaram-se os dias, esvairam-se os meses, e o Secretário da Marinha parece não haver querido arranhar sua proverbial «independência». O primeiro passo no sentido de garantir uma alternativa ao poder de Carvalho e Mello acabou sendo dado pelo desembargador e conselheiro da fazenda António da Costa Freire. Com a ajuda dos Duques de Aveiro e de Lafões, Marqueses de Angeja, de Marialva e do Conde de São Lourenço, Costa Freire traçou um plano emergencial de governo. Curiosamente, circularam boatos de que o apresentou sob a designação de *Junta da Providência* ¹²⁰.

Encarregou-se o comerciante Martinho Velho Oldemberg ¹²¹ de expor a idéia aos pés do trono. Mais tarde, também se terão manifestado a seu favor Manoel de Guimarães, os barbadinhos italianos Clemente e Iluminato, assim como Manoel António de Carvalho e Albuquerque. Os argumentos utilizados em prol da reforma chegariam a incluir a notícia do desvio de recursos da fazenda real em proveito do Secretário dos Negócios Estrangeiros. E o primeiro passo do novo governo seria precisamente a abertura de uma devassa para esclarecer esses fatos.

Tudo em vão... No dia 5 de maio, Carvalho e Mello assumiu oficialmente a Secretaria do Reino. A direção dos assuntos diplomáticos ficou a cargo de D. Luís da Cunha Manuel — que o cónsul

¹¹⁸ *Ibidem*, f. 42, 51-52.

¹¹⁹ *Ibidem*, f. 51.

¹²⁰ AZEVEDO, João Lúcio d' — *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 124; COELHO, José M. L. — *O Marquez de Pombal*. Cap. V («Primeiras incursões contra os Jesuítas»).

¹²¹ V. KELLENBENZ, Hermann — «OLDEMBERG (Oldenburg), Martinho Velho da Rocha (1715?-?)». In: SERRÃO, Joel, (dir.) — *Dicionário da História de Portugal*. Vol. IV, p. 435.

britânico em Lisboa assegurava manifestar-lhe extrema cordialidade¹²²; na enviatura de Londres, confirmou-se o jovem encarregado de negócios Martinho de Mello e Castro. Edward Hay, num ofício para Claudius Amyand, interpretaria as mudanças de forma bastante prática e esclarecedora:

«[...] Mons. Carvalho is in effect Prime Minister, tho not declared so, for nothing is done without him»¹²³.

O grupo derrotado no processo de escolha ficou extremamente ressentido. Logo depois das alterações, o Real Gabinete de Abertura interceptou uma série de cartas em que os novos colaboradores do governo eram criticados nos mais diversos aspectos. Uma das irmãs do ministro José Galvão de Lacerda mandou-lhe dizer, por exemplo, que...

«[...] tudo continua como de antes Sem nada de novo p.a o bem publico nem particular senão de duas ou tres pessoas que he tudo a que se extendem as Beneficas influencias, D. Luis da Cunha vay andando sem saber falar dizem todos, mas Secretario por merce de quem o diabo leve sem que ca fiquem saudades dos seus asertos»¹²⁴.

Entre outras cartas que na mesma altura se copiaram no «gabinete secreto», destaca-se a do Principal D. Tomás de Almeida¹²⁵ para D. Henrique de Meneses¹²⁶, também residente em Paris. Nela, o homónimo do antigo Cardeal Patriarca comunicava haver recebido três missivas do colega pedindo-lhe para interceder a seu favor junto ao Padre José Moreira. A intenção de D. Henrique era ser indicado

¹²² BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list [...]*, V. 2, pp. 331-332.

¹²³ Carta de Lisboa, 8/V/1756. Cf. BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list...*, V. 2, p. 330. V. tb. p. 331 (Ofício de A. Castres p/ H. Fox. Lisboa, 10/V/1756. «[...] Carvalho is in effect Prime Minister»).

¹²⁴ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 940. Carta familiar de Francisca p/ José Galvão de Lacerda. Campo Grande, 25/V/1756. Cópia.

¹²⁵ Nos anos seguintes, seria um dos responsáveis pela reforma dos Estudos Menores e pela regulamentação da Aula do comércio.

¹²⁶ Cónego e Monsenhor da Patriarcal. Futuro 3º Marquês de Louriçal, 5º Senhor de Anciã, 11º Senhor de Louriçal, 7º Conde da Ericeira. Ministro Plenipotenciário em Turim (1763-1779?) e em Roma (1779-1781), Embaixador em Madrid (1785).

para substituir no posto de Haia Martinho de Mello e Castro, uma vez que este parecia confirmar a sua mudança para Londres. Tomás de Almeida prometeu esforçar-se para atender ao seu amigo. Melhor informado da situação política de Lisboa, esclareceu, no entanto, que o confessor do rei já não desfrutava do mesmo prestígio, e que o negócio da enviatura holandesa andava a resolver-se por influência de Sebastião José de Carvalho e Mello. Os mais fortes candidatos para o cargo eram o Dezembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira e dois dos *manos* Saldanha da Gama: Gaspar e António.

Discorrendo ainda sobre o assunto, D. Tomás analisou as recentes nomeações para a Patriarcal e para a Secretaria dos Estrangeiros, dizendo-as articuladas com o objetivo de amparar os desmandos do novo Secretário do Reino. Na opinião de Monsenhor Almeida, D. Luís pouco serviria para erguer a voz a favor dos planos de Sebastião José; sua escolha fôra um artifício destinado a impedir que indivíduo mais capaz ascendesse às sessões de despacho da Coroa:

«[...] o lugar nem esta cheio, nem provido, está intupido, e sempre he outra criatura do mesmo creador que lá anda por dentro que não só serve de intupir mas de guardar as costas do Creador: aSim quem quizer falar verdade a El Rey já lhe he preciso fugir de tres, ou esconderse de tres que athe agora bastava fugir de hum»¹²⁷.

Com o ministério refeito, desencadeou-se a punição daqueles que haviam «maquinado» a favor da *Junta da Providência*, ou apenas se inclinassem pelo Secretário Diogo de Mendonça Corte Real. No dia 20 de junho, saiu a público um decreto que ordenava a detenção e o julgamento de todos os que espalhavam «imposturas» contra o governo de Sua Majestade¹²⁸. Aproximadamente na mesma época, António Freire de Andrade Encerrabodes recebeu instruções para que entregasse a Francisco Xavier de Almada e Mendonça o seu posto de Ministro na Santa Sé. Deveria sair da Itália o quanto antes, em direção à corte de Haia, para substituir Martinho de Mello e Castro¹²⁹.

¹²⁷ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 940. Paço de Arcos, 23/V/1756. Cop.

¹²⁸ B.N.L.; Res., Cod. 852. doc. 5, ff. 54-55. Minuta com emendas do punho de Carvalho e Melo no A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 66, M^o 3 (3).

¹²⁹ Os três anos de residência na Holanda seriam para Encerrabodes um período de extremo isolamento. Martinho de Mello e Castro, em Londres, receberia ordens para acompanhar de perto as atividades do colega, sem lhe confiar negócios de maior

No dia 28 de agosto, D. José ordenou o desterro do próprio Secretário da Marinha — por «bem conhecidos abuzos» de sua «regia, e infatigável clemencia»¹³⁰. Sob orientação de D. Luís da Cunha Manuel, Diogo de Mendonça partiu de imediato para a região do Porto (Salréu), ficando sujeito a uma intensa vigilância¹³¹. Seria mais tarde despachado sucessivamente para Mazagão, Berlengas e Peniche.

Dando sequência às mudanças administrativas, D. António Saldanha da Gama encaminhou-se para França com ordem de tomar a frente dos negócios da embaixada a José Galvão de Lacerda. Sabendo disso — e tendo certeza de que o procuravam incriminar —, o encarregado mergulhou em profunda depressão:

«[...] Joze de Lacerda está no Oratorio, Coitado, sem saber qual será o seu destino, nem ter huma só regra da Secretaria, ha muitos mezes; elle persuadesse, a que he Antonio de Saldanha, q.m lhe traz as ordens para se recolher; [...]»¹³².

A sensação de abandono e o desespero diante de um futuro cheio de dificuldades não eram exclusivos desse ministro. Para muitos, Deus voltava a face aos indivíduos de virtude, tal como em novembro punira toda a corte do monarca «Fidelíssimo» pelos muitos pecados que a sua nação deveria espisar.

As razões de natureza político-religiosa que haviam ajudado a compreender o terremoto pareciam realmente difíceis de se extinguir. Os que acreditavam ser necessário viver

«pelas maximas da verdadeira religião; castigando os culpados, premiando os benemeritos, governando sem ambição, e escolhendo p.a os empregos quem troussesse os olhos no Ceo, na consciencia e na honra»¹³³,

consideravam muito pouco acertadas as últimas opções de Carvalho e Mello. A agustiante recorrência de pequenos tremores de terra continuaria assinalando com propriedade cada novo desgosto divino.

relevância. V. A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 569. Of. ASG p/ LCM. Paris, 13/XII/1756. Orig.; Cx. 959 (M^o de Londres) Of. de LCM p/ MMC. Belém, 15/XII/1756. Min.

¹³⁰ B.N.L.; Reservados, Cod. 852. f. 56 (Anotação à margem do texto: «He o original Decreto»).

¹³¹ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 66, M^o 3.

¹³² A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 940. Carta de D. Henrique de Menezes p/ Gonçalo Xavier (de Alcaçova). Paris, 21/XI/1756. Cópia.

¹³³ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 940. Carta familiar de D. Tomás de Almeida p/ D. Henrique de Menezes, *supra cit.*

No seio da corte, a queda dos «conspiradores» foi recebida com certo pesar entre os jesuítas ¹³⁴ e a maior parte dos representantes católicos do corpo diplomático. O embaixador francês, por exemplo, lamentou que o rei houvesse consentido no desterro do «homem mais amável de Portugal»; em sua opinião, essa atitude apenas fomentava um ódio ainda maior contra os apoiantes de Carvalho e Mello ¹³⁵. Por outro lado, D. Henrique de Meneses externou de Paris o seu sincero desgosto pelo fato do ajuizado Galvão de Lacerda abandonar o cargo que fôra de seu pai ¹³⁶. Facilmente se compreende que semelhantes manifestações enervassem o novo Secretariado: quando François de Baschi deixou a representação de Lisboa, Abraham Castres escreveu a Henry Fox que o embaixador de Sua Majestade Cristianíssima se tornara indesejado «for 'his free and unguarded reflections upon the customs and manners of the country, not sparing at times the royal family itself'» ¹³⁷. Tornava-se então evidente um período de endurecimento do diálogo com os Bourbons.

Ao transcorrerem os primeiros confrontos militares na Europa, o Secretariado de 1756 menosprezava possíveis acusações de cunho religioso sobre a sua aliança com a Inglaterra; considerando-a essencial, preparava-se para reavaliar as grandes diretrizes políticas e comerciais que lhe conferiam significado. A idéia básica era capitalizar em proveito do Império as vantagens resultantes da privilegiada situação estratégica de Lisboa, no quadro do equilíbrio de forças que obstruía o progresso da guerra no extremo ocidental da Europa. Os últimos meses de 1756 e os primeiros de 1757 caracterizaram-se por uma maior constância na correspondência com a Grã-Bretanha e pelo ingrato trabalho de equacionar divergências de caráter mercantil. Nesse campo, a um Portugal decidido e, talvez, agressivo, os ingleses procuraram responder com precisão e habilidade.

¹³⁴ Desterrado nos arredores do Porto, Diogo de Mendonça recebia «instruções» do Padre José Moreira e da própria rainha. V. A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 66, M^o 3 (16). Of. de Manoel da Costa Matos de Brito (Sargento-Mor da Cavalaria) p/ LCM. 1756.

¹³⁵ SANTARÉM, Visconde de — *Opus cit.*, T. VI, pp. 90-95.

¹³⁶ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 940. Carta familiar de D. Henrique de Meneses p/ Gonçalo Xavier (de Alcaçova). *Supra cit.*

¹³⁷ Lisboa, 11 e 13/IX/1756. Cf. BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list [...]*, V.2, p. 334.

A célebre Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro implantou-se aos 10 de setembro de 1756¹³⁸. Objetivou manter um preço razoável para as bebidas da região e melhorar-lhes a qualidade, de forma a garantir condições de concorrência nos mercados tradicionais. Para tanto, valeu-se de prerrogativas que num primeiro momento raramente encontraram o apoio necessário: o vulgo ressentiu-se atropelo dos velhos privilégios da municipalidade; melindraram-se os taberneiros, porque alguns de seus direitos se viram suprimidos, e os mercadores de grosso trato perceberam com desagrado que de uma hora para a outra os submetiam à alçada de uma nova corporação. Em termos oficiais, foram porém os negociantes ingleses que com maior vigor se queixaram à Coroa.

O assunto correu com tamanha celeridade, que no mês de novembro já se discutia na *city* londrina e no Casa dos Comuns. Ao se formularem as primeiras acusações de desrespeito ao Tratado de Methuen, o enviado Martinho de Mello e Castro recebeu instruções específicas para melhor ripostar aos ofícios apresentados¹³⁹. O tom de Carvalho e Mello foi de evidente impaciência: assinalando, desde logo, o ofensivo atrevimento com que os britânicos residentes no Porto se auto-intitulavam membros de uma «Feitoria» — «[...] como se o Porto fosse na Costa do Mallabar [...]»¹⁴⁰ —, aconselhou que se começasse por imprimir em inglês o diploma de instituição do novo organismo. Se ainda assim os protestos continuassem, dever-se-ia proceder com firmeza, na esperança de que o ministério de Sua Majestade Britânica tivesse discernimento bastante para não provocar incidentes diplomáticos por motivos secundários; no fundo, tudo indicava que Saint James apenas aguardava do enviado português uma pública reação negativa:

«[...] he necessario, q V. S.a obre a este respeito na intelligencia de que o Ministerio de Londres em taes Cazos, quando passa officios, não he por que espere, q por elles ha-de obter o que propoem; \e que/ nem por isso \naõ/ os costuma sustentar em termos vigorosos, porq lhe não serve romper com os seus Allia-

¹³⁸ O mais conhecido trabalho sobre o assunto é o de SCHENEIDER, Susan — *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto*. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII. Lisboa, A Regra do Jogo. 1980. 289 pp.

¹³⁹ A.N.T.T.; M.N.E., L^o 124. Of. de 11/X, 11/XI e 13/XII/1756.

¹⁴⁰ A.N.T.T.; M.N.E., L^o 119 (7). Of. de SJCM p/ MMC. Belém, 18/XII/1756. Orig.

dos, e m.to menos pelo meyo de huã iniquidade manifesta; mas sim, costuma o d.o Ministerio ordenar esses Officios a fazer as suas escuzas com os taes Parlamentarios, q pertendem \favorecer/, p.a lhes mostrar por hua parte q trabalhou pelos servir até onde podia; e \p.a lhes mostrar/ pela outra parte com as respostas, que se lhe fazem, que era impraticavel a sua pertença»¹⁴¹.

Na época em que Martinho de Mello e Castro dava cumprimento a suas instruções, os Comuns decidiram exigir que o ingresso de gêneros do ultramar português em seu território se passasse a processar em navios britânicos. Como já há alguns anos se considerava o problema, é possível que o constrangimento relativo à criação da Companhia do Alto Douro haja precipitado uma resposta desfavorável. De qualquer maneira, o governo português não se abateu: em carta para Londres, D. Luís da Cunha procurou argumentar que a decisão dos deputados ingleses contrariava os tratados existentes entre as duas Coroas e que el rei Jorge II deveria mostrar maior interesse em respeitá-los¹⁴².

O mesmo tom de desafio pôde ser externado quando um grupo de soldados britânicos que se achava de passagem em Lisboa provocou um pequeno levante popular. De acordo com o capitão do barco a que pertenciam os militares, o incidente começara quando frades irlandeses residentes em Portugal convenceram membros da tripulação a abandonar suas obrigações, refugiando-se com eles num colégio da cidade. Para resgatá-los, enviara-se a terra uma pequena patrulha, que acabara sendo agredida por nacionais¹⁴³.

Analisado pelo governo português, o episódio adquiriu feições bastante diferente. D. Luís da Cunha argumentou que qualquer que tivesse sido o papel dos sacerdotes, ocorrera depois uma série de comportamentos abusivos por parte dos militares britânicos. Quanto à agressividade do povo, dever-se-ia compreender que ele de fato se sentisse chocado ao presenciar cenas de violência provocadas por estrangeiros às portas de uma casa religiosa. Não havia dúvida de

¹⁴¹ A.N.T.T.; M.R., M^o 641. «P..a Martinho de Mello e Castro. Inviado Extraordinario de S. Mag.e na Corte de Lobndres, em 10 de Dezr.o de 1756. Sobre as Queixas, q os Commissarios Inglezes da Cid..e de Porto faziaõ na de Londres contra o estabelecimento da Companhia do Alto Douro». Belém, 13/XII/1756. Min. (Com emendas do punho de SJCM). V. o original no M.N.E., L^o 120 (40).

¹⁴² A.N.T.T.; M.N.E., L^o 124. Of. de LCM p/ MMC. Palma, 28/II/1757. Orig.

¹⁴³ BOXER, Charles R. (ed.) — *Descriptive list [...]*, V. 2, p. 332.

que a comunidade lisboeta procedera de forma inteiramente legítima, em se tratando de matéria tão delicada e sensível como a do respeito a questões de fé. O próprio monarca ficaria aliás satisfeito se lhe pudessem apresentar as devidas desculpas ¹⁴⁴.

Juntando-se a tensão resultante deste tipo de posicionamento à instabilidade experimentada pelos gabinetes britânicos, a profunda certeza do interesse de renovar os laços da antiga aliança de Londres com Lisboa coexistiu nos primeiros meses do ministério de Martinho de Mello e Castro com uma renovação de obstáculos circunstanciais. Ainda no início do ano de 1757, boatos acerca de uma suposta simpatia de Diogo de Mendonça Corte Real pelos negociantes britânicos acarretariam dois constrangedores incidentes entre o enviado da Casa de Bragança e o próprio rei de Inglaterra.

O primeiro deles ocorreu a seguir à revolta popular na cidade do Porto. Como gazetas e correspondentes noticiaram, centenas de indivíduos se insurgiram pouco depois do Carnaval contra as novas imposições sobre o controle de qualidade e o processo de comercialização dos vinhos do Alto Douro ¹⁴⁵. Jorge II interessou-se pelo caso, e ao encontrar Martinho de Mello e Castro pediu-lhe maiores detalhes ¹⁴⁶. Circunspecto, o ministro português esclareceu que algumas pessoas haviam causado desordem, mas em breve receberiam as penas adequadas. Jorge II replicou então com um comentário inteiramente inesperado pela sua agressiva generalidade:

«[...] La tête a tourné a tout Le Monde en Portugal depuis Le tremblement de Terre».

Tão chocado se sentiu Martinho de Mello e Castro, que mais tarde apenas se lembrava de ter referido com alguma altivez:

«Sire, dans tous Les Pays du Monde La Populace est Méchante».

¹⁴⁴ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 39, M^o 27. [Of. de LCM p/ Abraham Castres. Lisboa, 20/I/1757]. 2 ff. Min.

¹⁴⁵ Para um estudo da revolta do Porto, em 1757, v. SILVA, Francisco R. da — *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*. [Lisboa], Imprensa Nacional. [1990]. 190 pp.

¹⁴⁶ Deste ponto em diante, segue-se de perto o Of. de MMC p/ LCM. Londres, 5/VII/1757. A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 690. Cópia. O original, do próprio punho de MMC, encontra-se na mesma cota, embora em muito mau estado de conservação.

O ressentimento do monarca britânico voltaria a manifestar-se dias depois, quando José Galvão de Lacerda passou por Saint James a caminho de volta para Lisboa: convencido de que o antigo encarregado de negócios na corte de Paris integrava o «partido» do afável «Abade de Mendonça»¹⁴⁷, Jorge II sugeriu-lhe maliciosamente o triste futuro que o esperava. Segundo a narrativa do representante português,

«[...] se chegou El Rey a Elle, e Depoes de lhe perguntar se hia com brevid.e p.a Lisboa, lhe disse — vous y trouverez bien du Changement. — [...]»;

e para espanto de todos,

«[...] repetio as palavras segunda e terceira vez, dando a entender q não faláva som.te da perda q Cauzou o tremor de Terra».

De fato, as notícias de novas convulsões que insistentemente chegavam de Portugal eram de tal forma extraordinárias, que, apesar dos despachos tranquilizadores de Abraham Castres e Richard Hay, o governo britânico se sentia inquieto ao recebê-las. Seria possível corresponder à assombrosa energia com que o ministério do reino aliado se ia erguendo dos horrores do terremoto? Como cultivar boas relações num momento tão difícil, se o interlocutor, supostamente enfraquecido, insistia em alternar promessas de fidelidade política com evidentes sinais de força em negócios mercantis e de soberania nacional?

Para alívio de ambas as partes, pouco demoraria para uma solução de compromisso começar a amadurecer. Quando em setembro de 1757 D. José fez sair do Paço os confessores da Companhia, a surpresa dos ingleses misturou-se a um incontido impulso de simpatia e complacência: Jorge II confidenciou a Martinho de Mello e Castro que a decisão de Sua Majestade Fidelíssima fóra uma claríssima amostra de sua admirável sabedoria¹⁴⁸; Lord Granville sugeriu a conveniência de sem mais demora arrancar pela raiz todo e qualquer vestígio dos

¹⁴⁷ *Ibidem*: «[...] emfim quizeraõ fazer o felicissimo governo de ElRey Nosso Senhor, de Part.os, como o de Inglaterra; [...]», comenta o enviado.

¹⁴⁸ A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 690. Of. de MMC p/ LCM. Londres, 18/IX/1757. f. 3. Cop.

traíçoeiros loiolanos dos domínios dos Bragança¹⁴⁹; finalmente, William Pitt incentivou o quanto pôde a difusão de libelos difamatórios no arquipélago britânico¹⁵⁰. Em meio a um conflito que de início fizera renascer palavras de ordem das velhas guerras de religião, a lembrança do «complô inaciano» representou um dos melhores indícios de comunidade de interesses com a Inglaterra que o governo de Lisboa poderia apresentar.

A bem-informada opinião pública fantasiou então a secreta urdidura de projetos bilaterais de reforma religiosa. Chegou-se inclusive a dizer que o ministério de Carvalho e Mello estava apostado em reproduzir a experiência britânica com a Companhia.

Análises comparadas que tomem em conta os anos seguintes revelarão, com efeito, importantes pontos em comum com a história de Inglaterra: num primeiro momento, julgaram-se virtualmente incompatíveis com os interesses da Coroa as relações de confiança particulares estabelecidas com inacianos na prática dos Exercícios Espirituais e no ministério da confissão; mais tarde, acusaram-se alguns religiosos de envolvimento em atividades conspiratórias, estendendo, depois, ao resto do Instituto graves suspeitas de «traição». A própria estrutura dos «complôs» denunciados se assemelhou: confrontem-se, por exemplo, os processos judiciais do *Gunpowder Plot* (1605) e da «espera» a el-rei D. José em setembro de 1759.

Referir este sugestivo conjunto de paralelos para comprovar uma antiga vontade de emulação mais ou menos personificada por Carvalho e Mello, parece, no entanto, inadequado. O que ao certo se pode

¹⁴⁹ «[...] Lord Manscheffield presentem.e Lord Chef de Justiça, Convidando-me a jantar na Sua Quinta, me fez repetir-lhe em geral o contheudo da Relaçã [Abreviada], e perguntou-me deposes se se consentiaõ ainda Jezuitas no Paraguay e no Maranhãõ; ao que lhe respondi, q não tinha noticia do contrario, e q não duvidava se conservassem alguns por conta das Missões; Respondeui-me estou certo que já mais deixaraõ o Paiz em soccego; semelhante Casta de Gente saõ como as Ervas de Ruim qualidade, senaõ se lhes arrancaõ as Raizes, por mais q.e se lhes corte a Rama, sempre reproduzem, e ordinariamente com mais força que [a] antecedente; [...]» A.N.T.T.; M.N.E., Cx. 691, Of. de MMC p/ LCM. Londres, 26/V/1758. Cop.

¹⁵⁰ Cartas diversas, nas mesmas cotas anteriores.

dizer do Secretário do Reino é que protagonizou a direção do governo português numa conjuntura de espantosos desarranjos físicos, políticos e espirituais. Com inteiro conhecimento do rei, coordenou o aprofundamento do conflito com a Companhia de Jesus, quase ao mesmo tempo em que se reaproximou da esfera de influência política da Inglaterra. A certa altura, percebeu com agrado que as duas diretrizes se tendiam a complementar, e decidiu então extrair o máximo proveito dessa possibilidade.